



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

Faculdade de Ciências e Letras

Campus de Araraquara – SP

PATRÍCIA APARECIDA ROSSI

**CONSTITUIÇÃO DE SUJEITOS E MEMÓRIA DISCURSIVA EM *TORTO ARADO*: O
SILÊNCIO COMO CHAVE DE LEITURA**

Araraquara

2024

PATRÍCIA APARECIDA ROSSI

**CONSTITUIÇÃO DE SUJEITOS E MEMÓRIA DISCURSIVA EM *TORTO ARADO*: O
SILÊNCIO COMO CHAVE DE LEITURA**

Dissertação de mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Estudos Literários. Exemplar apresentado para a defesa de dissertação.

Linha de pesquisa: Teorias e Crítica da Narrativa

Orientador: Prof. Dr. Jacob dos Santos Biziak

Araraquara

2024

R833c Rossi, Patrícia Aparecida
Constituição de sujeitos e memória discursiva em Torto Arado : o
silêncio como chave de leitura / Patrícia Aparecida Rossi. --
Araraquara, 2024
84 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP),
Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara
Orientador: Jacob dos Santos Biziak

1. silêncio. 2. sujeito. 3. memória. 4. literatura brasileira
contemporânea. 5. Torto Arado. I. Título.

PATRÍCIA APARECIDA ROSSI

**CONSTITUIÇÃO DE SUJEITOS E MEMÓRIA DISCURSIVA EM *TORTO ARADO*: O
SILÊNCIO COMO CHAVE DE LEITURA**

Dissertação de mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Estudos Literários. Exemplar apresentado para a defesa de dissertação.

Linha de pesquisa: Teorias e Crítica da Narrativa

Orientador: Prof. Dr. Jacob dos Santos Biziak

Data da defesa: 25/10/2024

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA

Presidente e Orientador: Prof. Dr. Jacob dos Santos Biziak

Universidade Estadual Paulista – “Júlio de Mesquita Filho”

Membro Titular: Profa. Dra. Mariana Jafet Cestari

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

Membro Titular: Prof. Dr. Gustavo de Mello Sá Carvalho Ribeiro

Universidade Estadual Paulista – “Júlio de Mesquita Filho”

Local: Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Letras

UNESP – Campus de Araraquara

A minha mãe, Elvira, e a meu pai, Moacyr (*in memoriam*)

AGRADECIMENTOS

À banca de orientação, formada pela Profa. Dra. Mariana Jafet Cestari e Profa. Dra. Juliana Santini, agradeço pela leitura atenta do meu trabalho e pelas colaborações valiosas no exame de qualificação, as quais muito enriqueceram meu percurso de pesquisa.

Agradeço ao Prof. Dr. Gustavo de Mello Sá Carvalho Ribeiro por aceitar o convite para compor a banca de defesa de minha dissertação.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Jacob dos Santos Biziak, agradeço pela oportunidade de ir além do que eu imaginava ser possível.

A todos os amigos e familiares que estiveram comigo nos últimos anos, em especial minha companheira, Giane, minha enteada, Luiza, meus irmãos de sangue – Marisa, Mário, Márcio e Marcelo, e de coração – Fabiano, Lara, Viviani e Natália, meus mais sinceros agradecimentos. Vocês foram força, ânimo e inspiração quando eu mais precisei.

Às professoras e professores com quem convivi no curso de Letras do Centro Universitário Barão de Mauá, em Ribeirão Preto – Renata Cortez, Marília Scorzoni, André Alselmi, Michel Leandro e Paulo Veiga - agradeço por abrirem novos horizontes para o meu olhar.

À professora Elaine Christina Mota, também do curso de Letras, agradeço especialmente pelo incentivo, amizade e partilha de conhecimentos no trajeto que me conduziu à pós-graduação.

Aos companheiros de mestrado – Carol, João e Mayara – agradeço pelo acolhimento e carinho constantes, bases de uma amizade que espero continuar nutrindo.

Aos companheiros de trabalho na Prefeitura de Ribeirão Preto – Rennata, Mércia, Marcela, Fatiminha, Chicão, Fernando e Guilherme – agradeço pela compreensão, apoio e respaldo profissional. Sem a colaboração de vocês eu não teria chegado até aqui.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é apresentar o silêncio, sob as formas conceituadas por Eni Orlandi no campo da Análise de Discurso Materialista (ADM), como chave de leitura de *Torto Arado* (Vieira Junior, 2021). Para a elaboração do estudo foram discutidas questões relacionadas à dimensão política do silêncio, aspectos sócio-históricos, formas de existência e funcionamento no texto literário, bem como seus desdobramentos em relação à memória discursiva e inscrição das personagens enquanto sujeitos discursivos. Para tanto, percorremos estudos (Matos, 2018; Cestari, 2015; Silveira, 2004) que abordam a relação do silêncio com a literatura, com o lugar de enunciação de mulheres brasileiras negras e com religiões de matriz africana, no intuito de abarcar, ao menos, três domínios de significância com que o romance mantém relação. Também apresentamos bases filosóficas e alguns conceitos fundamentais da ADM, como discurso, ideologia, enunciação, resistência, sujeito e memória, observando especialmente o papel desta na construção de dizeres na narrativa. O método de trabalho empregado foi o discursivo-indutivo, que resultou na análise de sequências discursivas destacadas do romance, pelas quais se pôde notar o funcionamento do texto literário em relação com a sua exterioridade constitutiva. Assim, chegamos a uma proposta de análise literária de *Torto Arado* fundamentada em um processo de leitura de filiação materialista.

Palavras-chave: Silêncio; Sujeito; Memória. Literatura brasileira contemporânea; *Torto Arado*.

ABSTRACT

The objective of this research is to present silence, in the forms conceptualized by Eni Orlandi in the field of Materialist Discourse Analysis (DMA), as a key to reading *Torto Arado* (Vieira Junior, 2021). To prepare the study, issues related to the political dimension of silence, social-historical aspects, forms of existence and functioning in the literary text were discussed, as well as their developments in relation to the discursive memory and inscription of the characters as discursive subjects. To this end, we covered studies (Matos, 2018; Cestari, 2015; Silveira, 2004) that address the relationship between silence and literature, with the place of enunciation of black Brazilian women with African originated religions, in order to encompass, simultaneously, at least three domains of significance to which the novel is related. We also present philosophical basis and some fundamental concepts of DMA, such as discourse, ideology, enunciation, resistance, subject and memory, especially observing its role in the construction of sayings throughout the narrative. The working method used was discursive-inductive, which resulted in the analysis of discursive sequences highlighted in the novel, through which it was possible to notice the literary text functioning in relation to its constitutive exteriority. Thus, we arrive at a proposal for *Torto Arado's* literary analysis based on a reading process with a materialist affiliation.

Keywords: Silence; Subject; Memory; Contemporary Brazilian literature; *Torto Arado*.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ADM – Análise de Discurso Materialista
AIE – Aparelhos Ideológicos de Estado
FD – Formação Discursiva
FI – Formação Ideológica
MDA – Materialist Discourse Analysis
SD – Sequência Discursiva
TN – Tempo de Narração
TA – Tempo de Acontecimento
TRAD – Torto Arado (Vieira Junior, 2021)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. O SILÊNCIO COMO INSTÂNCIA SIGNIFICATIVA	18
2.1 Possibilidades teóricas	18
3. ANÁLISE DE DISCURSO COMO DISPOSITIVO DE LEITURA E CRÍTICA DE LITERATURA	34
3.1 Bases filosóficas da ADM em Althusser: materialidade e formação social	34
3.1.1 <i>Ideologia: a interpelação do indivíduo em sujeito</i>	38
3.2 Bases da AD Materialista: conceitos fundamentais	42
3.2.1 <i>Formação discursiva, formação ideológica, esquecimentos nº 1 e nº 2</i>	45
3.2.2 <i>Discurso, ideologia, sujeito, enunciação e memória</i>	49
4. TORTO ARADO: O SILÊNCIO COMO CHAVE DE LEITURA	56
4.1 Silêncio e resistência: marcas da constituição do sujeito discursivo	58
4.2 Silêncio e memória discursiva: a historicidade dos conflitos da posse de terra no Brasil	69
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	80
REFERÊNCIAS CONSULTADAS	83

1. INTRODUÇÃO

Ler *Torto Arado* (Vieira Junior, 2021) pela primeira vez foi como visitar um parente querido, daqueles que a gente não vê há muitos anos, mas cuja intimidade e confiança permanecem intactas, apesar do tempo e da distância. Uma estreiteza de afetos que vem de antes e de longe, manifesta no detalhe, no encarar da vida, nas dificuldades do percurso diário que move adiante mesmo quando parecemos andar de lado.

O romance escrito por Itamar Vieira Junior, publicado primeiro em Portugal, em 2018, e depois no Brasil, em 2019, me chegou às mãos em 2021, numa das raras concessões que a pandemia de Covid-19¹ fez naquele momento em que permanecíamos isolados do contato social. Duas amigas me entregaram o exemplar junto ao convite para participar de um clube virtual de leitura, o que, então e para nós, era uma nova modalidade de encontro.

Demorei mais de uma semana para começar a leitura, envolta que estava com o meu trabalho, com as vésperas do meu casamento, com a atenção redobrada a minha mãe, a essa altura já em tratamento contra o câncer que a levou dois anos mais tarde. Mas depois de aberto, e conhecida a história da família de Zeca Chapéu Grande, TRAD² não mais se fechou; ainda hoje, em 2024, a obra reverbera em minha vida, não apenas por ser o *corpus* da minha pesquisa de mestrado, mas pelo motivo que me levou a encará-la como estudo acadêmico.

O livro é narrado e protagonizado por três personagens femininas negras, cada qual resistindo de diferentes maneiras à opressão racial e social a que são submetidas individual e coletivamente, tentando romper as barreiras de violência, preconceito, exclusão, pobreza e silenciamento que as separa daqueles que detêm a posse da terra, a segurança, o dinheiro, o poder e a voz.

Ambientado no sertão da Chapada Diamantina, interior da Bahia, na fictícia Fazenda Água Negra, o romance lança um olhar crítico sobre as condições de vida e de trabalho de comunidades rurais brasileiras descendentes de africanos

¹ No dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde caracterizou a Covid-19, doença respiratória grave causada por um tipo até então desconhecido de coronavírus, o SARS-CoV-2, como pandemia, em função de seu alcance global. Em 2021, a vacinação contra Covid-19 estava na fase inicial no Brasil, sendo insuficiente para atender toda a população, de modo que o distanciamento social foi uma das principais medidas orientadas pelas autoridades sanitárias para conter o avanço da doença.

² TRAD: *Torto Arado* (Vieira Junior, 2021)

escravizados, expondo um drama social que afeta todo o país. Expõe, também, a problemática que envolve a questão agrária no Brasil, desde a concentração da propriedade rural em latifúndios até os conflitos resultantes dos movimentos pela posse da terra.

A narrativa³ é dividida em três partes – “Fio de Corte”, “Torto Arado” e “Rio de Sangue” – e conduzida pelas vozes de Bibiana, Belonísia e Santa Rita Pescadeira, narradoras autodiegéticas (Genette, 2017) que emprestam ao leitor seus olhares sobre a própria história. Essas três figuras femininas se caracterizam pelo poder de resistência herdado da ancestralidade, representando de maneira literária não apenas a luta pela sobrevivência dos trabalhadores do campo, mas também as marcas exploratórias do processo colonizador do país e a tensão estabelecida na luta de classes.

Bibiana, filha mais velha de Zeca Chapéu Grande e Salustiana Nicolau - o curador espiritual e a parteira da comunidade quilombola, narra a parte 1 do livro, apresentando acontecimentos que envolvem sua família, entre eles, um que marcará a trajetória da narrativa e se relaciona diretamente ao nome desta primeira etapa, Fio de Corte: a brincadeira em que ela e a irmã, Belonísia, se ferem com a faca da avó paterna, Donana, e que resulta na perda da língua de uma delas. Nesta primeira parte, que marca a passagem das irmãs da infância para a juventude, outras personagens entram na história, como Sutério, gerente da fazenda Água Negra; a família Peixoto, proprietária de Água Negra; Severo, sobrinho de Zeca Chapéu Grande, que vem junto dos pais, Servó e Hermelina. Há, também, menções a Carmelita, filha de Donana e irmã de Zeca Chapéu Grande, que desapareceu de casa quando a mãe ainda morava em outra fazenda, Caxangá, sendo a tia que Belonísia e Bibiana nunca conheceram, senão pelas lembranças da avó.

O desenvolvimento da história se dá, inicialmente, sem revelar qual das duas irmãs perdeu a língua, gerando mistério em torno do fato e oferecendo pistas para que o próprio leitor conclua que foi Belonísia a criança silenciada para o mundo. Nesse intervalo, a narrativa mostra o fortalecimento do vínculo entre as duas irmãs,

³ Como nos explica Mattos (2018), Genette (2017) compreende o termo narrativa em três noções distintas e, para evitar confusões, se refere a cada uma delas por uma denominação diferente, a saber: 1) narrativa, para o sentido de discurso narrativo ou enunciado narrativo, o que no âmbito literário é entendido como o próprio texto; 2) história, no sentido de sucessão de acontecimentos, reais ou fictícios, descritos no texto; 3) narração, no sentido de ato de narrar. Adotaremos, assim como Mattos (2018), as denominações sugeridas por Genette (2017).

destacando que uma passa a ser a voz da outra, tamanha sintonia e parceria estabelecidas, e o primeiro distanciamento entre elas, motivado por ciúmes da atenção de Severo, o primo por quem Bibiana estava apaixonada a essa altura. Ainda nesta primeira parte do livro são retratados a morte da avó Donana, que fica emocionalmente abalada após o ferimento das netas e dá sumiço na faca que as machucou; a construção de uma escola na fazenda para os filhos dos trabalhadores rurais estudarem, um sonho antigo de Zeca que só é realizado quando o prefeito é cobrado pelo espírito incorporado de Santa Bárbara, numa noite de jarê⁴; os poderes espirituais de Zeca Chapéu Grande, seu zelo e generosidade com aqueles que o procuram para algum auxílio; a alegria das noites de jarê, em que os encantados vinham à terra para curar, dançar e animar aquele povo sofrido, que vivia em meio à pobreza, à escassez e à exploração em Água Negra. O espírito de Santa Rita Pescadeira aparece pela primeira vez na história no contexto de uma cerimônia de jarê, incorporada em Dona Miúda, uma viúva solitária que morava nos arredores do Cemitério da Viração, onde os mortos de Água Negra eram enterrados. É nesse cenário que, já na adolescência, Bibiana se envolve com o primo Severo sem o conhecimento dos pais e, grávida, toma a difícil decisão de fugir com seu amado para a cidade, em busca de oportunidades de melhorar de vida, deixando a família sem notícias e sua irmã sem a voz que lhe fora até então.

Na parte 2, chamada “Torto Arado”, quem passa a conduzir a narrativa é Belonísia, reforçando seu vínculo com o campo, com a terra e com a natureza, como se fosse ela mesma o arado que torce o chão duro e seco da fazenda e acaba torcionada pela aridez daquela vida. Ela permanece em Água Negra, ao lado dos pais, e inicia a fase adulta, quando novas questões entram em discussão e outras personagens chegam à história, como Tobias, um vaqueiro de poucas palavras e dado à bebida, como ela vem a saber depois de aceitar o pedido de viver junto dele. Morando com Tobias, Belonísia tem a péssima experiência de uma relação marcada por brutalidades, grosserias e desrespeito; ela trabalha duro e sozinha para cuidar da casa, manter uma roça no quintal – fonte de algum alimento para sua mesa – enquanto o marido trabalha na fazenda e volta apenas para comer, dormir e se satisfazer dela. Vive assim até que, depois de alguns dias sumido de casa, Tobias é encontrado morto numa estrada de terra, caído de seu cavalo. O casamento de Belonísia só não foi pior

⁴ Professada pelas personagens de TRAD, o jarê é uma prática religiosa de matriz africana, presente, exclusivamente, na região da Chapada Diamantina, no estado da Bahia, segundo Banaggia (2016).

que o de Maria Cabocla com Aparecido, de quem a mulher apanhava com frequência e com quem teve seis filhos. Ela e Belonísia estabelecem um vínculo de amizade em meio às dificuldades enfrentadas com seus maridos e Belonísia passa a ajudá-la contra a violência de Aparecido, chegando até a colocá-lo para fora de casa em um de seus acessos de fúria, utilizando para isso uma faca. Esta segunda parte do livro também mostra o retorno de Bibiana e Severo à Água Negra, já pais de Inácio, sobrinho que Belonísia é convidada a amadrinhar. A princípio, vieram visitar as famílias que abandonaram quando partiram juntos para a cidade, mas depois, voltaram para morar novamente em Água Negra. No tempo em que estiveram fora, Bibiana estudou e se formou professora, e Severo se aproximou do movimento sindical de trabalhadores rurais, trazendo consigo novas ideias e o entendimento da exploração a que os moradores da fazenda eram submetidos, especialmente, quanto à questão da posse da terra, considerando que naquele local lhes era negada até a construção de uma casa de alvenaria, tendo de morarem em barracos feitos de barro. De volta à fazenda, Bibiana vira professora da escola rural e Severo cresce como liderança junto aos demais trabalhadores, principalmente, os mais jovens, que enxergam naquele início de movimento uma forma de lutar por justiça e melhores condições de vida. Ainda sob a narração de Belonísia, dá-se o envelhecimento de seus pais e a morte de Zeca Chapéu Grande, marcada pelo luto de sua família e da comunidade da fazenda, onde o curador tinha muitos filhos de pegação, todos que outrora foram remediados por sua espiritualidade. Revela-se, ainda, que os poderes de Zeca, embora uma dádiva em Água Negra, haviam sido um tormento em sua juventude, um castigo dos encantados a Donana por ela não ter assumido as tarefas que lhe foram destinadas pelo mundo espiritual. Um período de loucura levou Zeca a vagar pela mata, quando ainda morava com a mãe em Caxangá, sem paradeiro certo e avistado em companhia de uma onça, até ser resgatado por Donana e assumir o papel espiritual no lugar dela.

Outra morte marca o término da segunda parte do livro, a de Severo, abrindo caminho para a fase final da história, “Rio de Sangue”, narrada por Santa Rita Pescadeira, a entidade que montou Dona Miúda no início do livro, fazendo dela seu cavalo, e que traz à obra a representação da ancestralidade do povo africano, dando luz à história de tortura e opressão dos escravizados. Tendo sabido do muito que se passou em séculos de escravidão, a encantada narra a morte de Severo e desperta as irmãs para a autoria do crime, levando-as, posteriormente, a se vingarem de

Salomão, novo dono de Água Negra, aquele que substituiu a Família Peixoto na propriedade da terra. Alcançado o clímax do romance, o assassinato de Salomão se dá de maneira quase mágica, já que é a própria Santa Rita Pescadeira quem toma as irmãs, alternadamente, como seus cavalos e as embebe de uma força física descomunal. Primeiro Bibiana, durante algumas madrugadas, foi levada pela encantada a cavar um fojo, buraco profundo coberto com palhas e folhagens que serve como armadilha para animais, mas que também foi utilizado para a captura de escravos no Brasil colonial. Depois, foi a vez de Belonísia ser levada por Santa Rita até a mata onde a cova foi aberta, atraindo Salomão ao local e ferindo-o com um golpe que praticamente o decapitou, tamanha força da entidade incorporada nas mãos daquela trabalhadora.

Antes de revelar os detalhes da morte de Salomão, Santa Rita Pescadeira desvenda fatos essenciais para a amarração da história e o desfecho da narrativa, como a origem da faca de Donana e acontecimentos por trás do desaparecimento de Carmelita, sua filha e irmã de Zeca Chapéu Grande. A faca que arrancou a língua de Belonísia foi, no passado, furtada por Donana de um amigo dos seus patrões, uma espécie de compensação por toda a exploração sofrida. A ideia inicial era vender o objeto e, assim, ter algum dinheiro para tratar de suas crianças. No entanto, a faca acabou sendo guardada por anos e usada como arma pela personagem para matar seu companheiro, ao descobrir que o homem abusava sexualmente de sua filha, Carmelita, dentro de sua própria casa. Ainda muito jovem, Carmelita some de casa na mesma noite em que sua mãe mata o homem que a violentava e nunca mais retoma o contato com a família, vivendo apenas nas lembranças de Donana. Outra informação importante desvendada por Santa Rita é o paradeiro da faca que vingou Carmelita, silenciou Belonísia e foi escondida por Donana após o acidente da neta. Conta a encantada que o objeto reapareceu quando Belonísia chegou à casa onde foi morar com Tobias e se deparou com uma enorme quantidade de sujeira e entulho, estando guardada num pote de cerâmica quebrado. Foi com esse instrumento, mais uma vez utilizado como arma, que Belonísia acovardou Aparecido e colocou-o para fora de casa quando espancou Maria Cabocla.

Chegando ao fim do romance, compreendi que a forma como essa leitura funcionou em mim trouxe à tona a necessidade de revisitar meu passado, reviver lembranças e desvendar incômodos, a fim de compreender a sensação de pertencimento a um universo completamente distante e distinto do meu. Sou

descendente de imigrantes italianos que chegaram ao Brasil no final do século XIX, em situação de extrema pobreza, para trabalhar nas lavouras fugindo da miséria na Itália. Já o livro de Itamar Vieira Junior traz ao cenário literário o universo ficcional de uma comunidade rural quilombola do Recôncavo Bahiano, moradores e trabalhadores de uma fazenda. Até aqui, a única relação que poderia gerar algum sentido de identidade com Zeca Chapéu Grande e sua família seria a dureza e a beleza da vida na roça, incontáveis vezes lembradas por meus pais durante todo o seu tempo de vida.

Na primeira página do livro, por exemplo, uma cena vivida por Bibiana e Belonísia projetou em minha mente uma imagem que permanece viva em minhas lembranças. Lendo as meninas brincando com suas bonecas de sabugo de milho viajei às histórias que minha mãe contava de sua infância na roça, no interior de São Paulo, pelos idos de 1940. Dizia ela que, em companhia das irmãs, nos raros momentos de fabulação entre os afazeres domésticos e a ida ao campo para levar comida e água ao pai e irmãos, faziam as copas das árvores de casa, recebendo umas às outras com um “bom dia, cumadi”, enquanto traziam para a mãe uma abobrinha ou chuchu encontrados, com muita sorte, pelo mato.

Mas a roça não poderia ser o nosso único ponto de contato, afinal, um forte elo de familiaridade com as personagens foi estabelecido já no princípio da narrativa. Então, passei a questionar o que tanto me afetou nessa obra a ponto de me fazer buscar referenciais teóricos para compreendê-la no detalhe, numa dimensão mais rica e mais profunda. Encontrei a resposta no brilho da faca de Donana, que serviu como espelho para meu reflexo, a partir de um lugar completamente subjetivo, numa leitura a princípio feita por e para fruição.

Num momento da vida fortemente marcado pelas limitações da pandemia e agonias do cotidiano, deparei-me com Belonísia perdendo um pedaço da própria língua, ferida para sempre em poder dizer ao mundo. O forte impacto da narrativa me acometeu como leitora, mas não só; posteriormente, virou pauta de terapia, quando me dei conta da metáfora ali representada. Ao ver Belonísia ousando a curiosidade infantil, se atrevendo à experimentação do desconhecido e marcada pelo resto da vida, perdendo a um só tempo a língua e a capacidade de articular a fala, fui incapaz de fazer uma leitura ampla da situação e relacioná-la, por exemplo, ao silenciamento histórico imposto à população negra no Brasil, evidenciado pelo recorte de gênero.

Naquele instante, eu só conseguia me sentir como aquela menina machucada, ainda tão pequena e já engolindo a voz encharcada, embora no meu caso, minha língua nunca tenha sido cortada por uma faca. Comigo, um vestido, uma sandália e até um anel bem brilhante foram as lâminas da minha infância, me calando sempre quando eu insistia em jogar futebol na rua, andar de bicicleta, empinar papagaio com os meninos. Creio que aos olhos dos meus pais, aqueles cortes, aquele silenciamento, me protegeriam das palavras e das atitudes dos outros, e em última instância, me protegeriam de mim, tentativa vã de impedir que eu fosse quem eu sempre fui. Para minha sorte, e também a deles, as tentativas não deram certo, apesar de todo o estrago feito e que ainda hoje tento consertar, mas agora já com recursos para dizer quem eu sou.

Desvendada minha mais forte identificação com TRAD, eu ainda não imaginava que ele viria a ser meu objeto de pesquisa, até porque, eu estava tomada por uma percepção pessoal da obra. Comecei a pensar na materialidade simbólica por traz do ferimento de Belonísia numa dimensão política ao compreendê-lo sob outro prisma metafórico, agora como representação da violência das lutas pela posse de terra. Assim, entrei em contato com a Análise de Discurso Materialista (ADM), pela leitura do livro *As Formas do Silêncio: no movimento dos sentidos* (Orlandi, 2007), o que deu início a uma nova perspectiva de compreensão das relações intermediadas pela linguagem.

A partir de Orlandi (2007), compreendi que a faca de Donana e os vestidos de minha infância poderiam ser lidos, em determinada direção, como sendo feitos da mesma lâmina que tenta silenciar minorias, calar diferenças e impor um modelo padrão a ser seguido socialmente, uma espécie de censura. Compreendi, ainda, que a língua cortada pode simbolizar os corpos dilacerados, em sua maioria descendentes dos africanos escravizados, na injusta contenda por um pedaço de chão, rasgados e atravessados pela mesma agudeza que permite ao arado abrir sulcos na terra seca. Essas percepções me permitiram observar as formas de materialização do silêncio e extrair delas algum nível de relevância e de significância, algo que nos ajuda a entender que somos, em todos os níveis, atravessados histórica e ideologicamente.

Superada a visão inicial da obra e já dando os primeiros passos em direção ao campo da análise literária, vislumbrei em TRAD uma espécie de metonímia do Brasil real: ao retratar uma determinada comunidade e suas particularidades, mas ser representativo de/para toda uma população, despertando a identificação de outros

grupos sociais com uma mesma realidade, o romance também oferece ao leitor um panorama do próprio país, em que os quilombolas, a exploração, as péssimas condições de trabalho e as relações de opressão são parte que simboliza o todo do país.

Dessa forma, passei a observar as demais personagens com o mesmo interesse que dediquei a decifrar a metáfora da língua cortada. Vi que, além de Belonísia, outras personagens guardavam algum tipo de relação com o silêncio, seja ocultando informações durante boa parte da narrativa – caso de Donana, rompendo o passado silente – caso de Santa Rita Pescadeira ou sendo brutalmente silenciado – caso de Severo, quando assassinado. Nascia ali meu projeto de pesquisa, início de um ciclo de estudos que buscou apresentar o silêncio, em suas diferentes formas, como uma chave de leitura, uma possibilidade de compreensão de TRAD. Assim, entrei em contato com os principais conceitos teóricos da ADM, desenvolvidos por Michel Pêcheux (1988), os quais me foram úteis para compreender as personagens enquanto sujeitos discursivos e para identificar que o discurso é o campo de funcionamento do silêncio a que me refiro. A partir disso, a perspectiva de compreensão da obra foi ampliada e, tendo a ADM como operador de leitura, foi possível analisar TRAD numa abordagem tocada pela dimensão da historicidade dos sentidos e dos movimentos de memória e silêncio.

Para alicerçar a construção do conjunto de análises, me detive no campo das personagens, observadas em sua caracterização e participação no desenvolvimento da trama, o que possibilitou identificar os efeitos do silêncio no processo de significação de TRAD. Minha pesquisa foi estruturada pelo método discursivo-indutivo, com a análise de sequências discursivas⁵ destacadas da obra literária, as quais foram escolhidas com o objetivo de compreender o funcionamento do texto literário em relação com a sua exterioridade, aspirando apresentar um percurso de travessia entre a obra e sua leitura, mediado por uma porta cuja chave é a reflexão sobre os efeitos do silêncio na espessura da narrativa.

Dividida em quatro etapas, a pesquisa apresenta TRAD sob a perspectiva da Análise de Discurso Materialista, aqui empregada como dispositivo de leitura e crítica

⁵ Tratamos como sequência discursiva os recortes - "fragmento correlacionado de linguagem - e - situação" (Orlandi, 1987, p. 139) - escolhidos para compor o conjunto de análises desta pesquisa. Ao longo da dissertação, cada sequência discursiva é apresentada pela sigla SD, acrescida de uma numeração sequencial, a fim de facilitar a identificação e o acompanhamento das análises.

literária, intercalando aspectos teóricos e análises. A primeira etapa do estudo foi dedicada à apresentação das noções de silêncio trabalhadas por Wittgenstein (1968), Benjamin (1987) e Behar (1994), e à problematização da teoria desenvolvida por Eni Orlandi (2007) – silêncio fundador e política do silêncio, a fim de delimitar nosso campo de trabalho e justificar a escolha do referencial teórico. Para tanto, percorri estudos (Mattos, 2018; Cestari, 2015; Silveira, 2004) que abordam a relação do silêncio com a literatura, com o lugar de enunciação de mulheres brasileiras negras e com as religiões de matriz africana, no intuito de abarcar, ao menos, três domínios de significância com que o romance mantém relação.

A segunda etapa teve por objetivo apresentar bases filosóficas da ADM e alguns de seus conceitos fundamentais, demandados para o desenvolvimento da análise literária, como discurso, ideologia, enunciação, sujeito, memória, formação discursiva e formação ideológica. Nesse sentido, trago uma explanação inicial sobre as contribuições de Louis Althusser (1980) para o desenvolvimento da ADM, principalmente em razão da atualização da teoria marxista e de seu entendimento sobre o funcionamento ideológico na formação e manutenção da sociedade capitalista, enquadrados em sua tese sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE). Na sequência, apresento aspectos relevantes dos estudos de Michel Pêcheux (1988) para o desenvolvimento da ADM na França, notadamente a teorização sobre a relação da linguagem com a ideologia, manifestada e materializada no discurso.

A terceira etapa foi dedicada ao aprofundamento da análise literária da obra, considerando as noções de silêncio (Orlandi, 2007) em relação à constituição de sujeitos discursivos e memória discursiva. A quarta e última fase apresenta as considerações finais da pesquisa, culminando com a proposição de um percurso de leitura fundamentado na observação do texto literário em relação com a sua exterioridade.

Antes de dar início ao texto, gostaria de fazer o registro de um desafio de ordem pessoal, pela relevância que este acontecimento representou para o desenvolvimento e conclusão desta pesquisa e para a minha transformação como sujeito, algo que me fez construir novos sentidos para as minhas relações e realizações: a morte de minha mãe, ocorrida em maio de 2023, poucos meses antes da data prevista inicialmente para minha qualificação.

Quase desisti do mestrado naquele momento, até porque esse era um sonho compartilhado, que eu imaginava concretizar na presença de quem o sonhou comigo,

a mulher que mais me amou e me incentivou na vida. Utilizei todos os recursos possíveis para estender os prazos de conclusão e sou grata ao entendimento favorável que o colegiado do Programa de Pós-graduação em Estudos Literários teve em relação aos meus pedidos.

Embora muito difícil (não sei se alguém passa incólume pela dor dessa perda), foi preciso encontrar meios de viver o luto e restabelecer a saúde mental para me dedicar à dissertação. Vivi o período mais complexo da minha vida até conseguir arar minha terra e plantar novas sementes de coragem e resistência para seguir em frente. Também nisso TRAD me ajudou.

2. O SILÊNCIO COMO INSTÂNCIA SIGNIFICATIVA

Propor análises discursivas sobre uma obra literária tendo como chave de leitura o silêncio impõe alguns desafios, o principal deles, delimitar um entendimento sobre esse elemento que nos permita avançar na compreensão de sua relação com a linguagem e com os sentidos, considerando haver diversas abordagens acerca do tema, a depender do campo de estudos a que se filiam os teóricos que debatem o assunto (filosofia, literatura, religião, música, poesia, entre outros).

Neste capítulo, busco apresentar, de forma breve, algumas concepções teóricas sobre o silêncio, entre elas as noções trabalhadas por Ludwig Wittgenstein (1968), Walter Benjamin (1987) e Lisa Block de Behar (1994), colocando-as em perspectiva para dar início a uma discussão mais aprofundada sobre a abordagem discursiva do tema, a qual embasa a proposta desta pesquisa, nos termos orientados pelos estudos da professora e pesquisadora Eni Orlandi (2007).

Além das definições conceituadas por essa autora, como a de silêncio fundador e política do silêncio, que se divide em silêncio local e silêncio constitutivo, trago como referências três pesquisas que relacionam o funcionamento discursivo do silêncio aos seus objetos de análise, guardando de cada uma delas certo grau de aproximação com meu próprio *corpus*, o livro *Torto Arado* (Vieira Junior, 2021): as relações entre silêncio e literatura (Mattos, 2018); silêncio e enunciação de mulheres negras (Cestari, 2015); silêncio e religiões de matriz africana.

Partindo dessas áreas de significância, procuro delimitar meu campo de trabalho à dimensão política do silêncio, destacando aspectos sócio-históricos e formas de existência em funcionamento no texto literário, dando abertura à sequência de análises que compõem o todo da pesquisa.

2.1 Possibilidades teóricas

No percurso de nossa pesquisa, deparamo-nos com diferentes concepções e maneiras de discutir os valores que o silêncio pode assumir, como a representação do misticismo, da não comunicação, da incapacidade do dizer, da violência, e mesmo do enigma, da contemplação, da opressão, da resistência e da solidão. De cada uma delas, absorvemos algo que se interliga na nossa construção conceitual, uma espécie de fusão entre olhares e saberes complementares, sem com isso intentar um

amalgama definitivo e definidor sobre um assunto que, por sua complexidade, não admite esgotamento.

Com Wittgenstein (1968), observamos a concepção do silêncio sob o ponto de vista lógico-filosófico, a partir de seus estudos sobre a limitação da linguagem frente ao inefável, ao indizível, o que implica problematizar e aprofundar questionamentos sobre as possibilidades (ou impossibilidades) da língua para a expressão plena do pensamento, do ser e do conhecimento de mundo.

No seu *Tractatus logico-philosophicus*, o filósofo austríaco indica que “o que pode ser dito, o pode ser claramente, mas o que não se pode falar deve-se calar” (1968, p. 53), referindo-se à incapacidade da linguagem em dar conta de dizer tudo o que é necessário. Nesse sentido, aquilo que “não pode ser dito” fica do lado de fora da língua, e é considerado absurdo por Wittgenstein.

Segundo Mattos (2018), a ideia de silêncio desenvolvida pela filosofia tractatiana passa pela concretização de “tentativas de expressão do indizível, ou seja, pelo absurdo mostra-se o que não pode ser dito (mostrar é, portanto, condição única para se chegar ao entendimento do indizível)” (p.12), sendo que “diante do indizível pode ocorrer um entendimento pleno, porém intraduzível por meio de palavras” (p. 24).

Ao seguirmos em direção ao campo literário, encontramos em Benjamin (1987) uma outra abordagem a respeito da ideia de silêncio, que se diferencia da elaborada por Wittgenstein. Embora contemporâneos, esses autores ocupam espaços epistemológicos distintos e desenvolvem seus pensamentos sob condições de produção teóricas diferentes: Benjamin, influenciado pelo marxismo, se aproxima de matizes históricas e sociais para entender as transformações culturais, enquanto Wittgenstein expressa seu interesse pela lógica formal e filosofia da linguagem.

Dessa forma, Benjamin (1987) faz uma associação do silêncio (que pode ser entendido como solidão) com os processos de leitura e de escrita na era moderna, a partir do surgimento do romance e das variações sofridas pela arte de narrar no decorrer dos séculos. Ao tecer considerações sobre a figura do narrador, o ensaísta lança um olhar primoroso sobre a própria condição humana, convidando-nos a pensar no empobrecimento das relações pelo impedimento das experiências de troca, essência que transforma vivências em histórias.

Benjamin (1987) fala do afastamento das pessoas, da transformação da tradição coletiva em atos de individualidade e da construção do distanciamento da

morte, “expulsa do universo dos vivos” (Benjamin, 1987, p.207) a partir do século XIX, pela sociedade burguesa, como fatores que levam à decadência experimentada em variados setores. Ao promover esse raciocínio, o filósofo permite-nos refletir sobre a condição do leitor moderno, visto na figura de um ser solitário em seu quarto, como o enfermo a caminho da morte em um hospital, ambos privados do convívio que possibilita a transmissão do conhecimento, solidão e silêncio mesmos reservados ao autor moderno para a escritura de seus livros.

Segundo Galharte (2007),

O pensador de Frankfurt mostra que se na Antiguidade e na Idade Média a arte de narrar estava associada à coletividade e à oralidade, já nos tempos do romance as narrativas são escritas solitariamente e silenciosamente para pessoas que solitariamente e silenciosamente as leem. A escrita e a leitura modernas atestam, pois, a apoteose do isolamento e da mudez (p.3).

Ainda no campo literário, os estudos de Lisa Block de Behar (1994) trazem reflexões sobre a complexidade do silêncio enquanto forma de comunicação e expressão, destacando seu papel ambíguo e paradoxal na linguagem. A autora uruguaia, cujas filiações teóricas se situam na intersecção entre a semiologia, a filosofia da linguagem e a crítica literária, investiga como o silêncio pode ser tanto uma ausência de palavras quanto uma presença significativa, capaz de transmitir sentidos profundos e sutis.

Behar (1994) analisa o silêncio mostrando como ele pode funcionar como uma estratégia retórica, uma forma de resistência ou um espaço para a reflexão e a introspecção, podendo ser interpretado e ressignificado: não como um simples vazio, mas como um fenômeno rico e multifacetado, carregado de potencial expressivo e significados ocultos. A autora ainda aborda o silêncio em seu caráter de duplo acontecimento, no sentido em que se constitui como condição de leitura e necessidade literária:

Ao contrário da continuidade musical ou cinematográfica, a continuidade literária não é interrompida pela presença dos brancos. Há um espaço em branco entre as palavras impressas que não corresponde nem à voz do escritor nem ao seu silêncio. Só é válido como uma convenção (tipo)gráfica mas, contextualizada, não pode deixar de fazer sentido. [...] Naquele espaço não escrito, que também não deveria ser dito, a interpretação se desenvolve, a leitura que, sem obliterar o texto, separa-o de sua literalidade. Os espaços em branco do texto representam o silêncio da leitura, um silêncio verificável e necessário, porque não pode deixar de ser (p. 205, tradução nossa⁶).

⁶ *A diferencia de la continuidad musical o filmica, la continuidad literaria no se interrumpe por la presencia de blancos. Entre las palabras impresas queda un espacio en blanco que no corresponde ni a la voz del escritor ni a su silencio. Sólo vale como una convención (tipo)gráfica pero, contextualizada,*

As concepções de silêncio trabalhadas por Ludwig Wittgenstein (1968), Walter Benjamin (1987) e Lisa Block de Behar (1994), apesar de distintas, oferecem pontos de reflexão que revelam a complexidade desse fenômeno. Em conjunto, essas perspectivas permitem entender o silêncio como uma forma de expressão carregada de significados.

Quando passamos ao campo discursivo materialista, as noções de silêncio desenvolvidas por Orlandi (2007) nos levam a pensar a partir da materialidade do texto para além dela, atingindo níveis de entendimento que abrangem o funcionamento do silêncio e sua repercussão significativa em relação à linguagem pelos efeitos de sentido que provoca na relação com a ideologia. A autora apresenta sua teoria sob as formas de silêncio fundador e política do silêncio, as quais requerem a libertação da ideia de que o silêncio é um espaço vazio, o nada, para ocupar-se do entendimento de que ele é uma região “preche de sentidos” (Orlandi, 2007), os quais se movimentam na mesma medida que impactam as direções do significar.

Entende-se como silêncio fundador, também denominado fundante, a base para a própria possibilidade do dizer, local de sustentação para a palavra e condição para a linguagem significar: é o silêncio fundamental, que possibilita o início da significação, lugar que significa em si mesmo e onde a linguagem adquire significados em relação a. Não se trata do silêncio “em sua qualidade física [...], mas do silêncio como sentido, como história (silêncio humano), como matéria significante” (Orlandi, 2007, p. 68).

Quanto à política do silêncio, ela é estruturada por dois pilares, o silêncio constitutivo e o silêncio local. O primeiro é aquele que literalmente constitui os limites do dizer, delimita a mobilização de determinadas formações discursivas, ou seja, ele se dá quando dizemos algo para não dizer outra coisa. O exemplo trazido por Orlandi (2007) para explicar o silêncio constitutivo é o uso do termo “Nova República”, no Brasil, para se referir ao período posterior à ditadura militar e, com isso, apagar, ou silenciar, o fato de ter havido uma ditadura militar no país.

no puede dejar de tener sentido. [...] En ese espacio no escrito, que tampoco debe ser dicho, se desarrolla la interpretación, la lectura que, sin obliterar el texto, lo aparta de su literalidad. Los blancos del texto representan el silencio de la lectura, un silencio verificable y necesario, necesario porque no puede dejar de ser (Behar, 1994, P. 205).

O silêncio local, segundo a autora, é a própria censura, caracterizada pela interdição do dizer, por um tipo de “asfixia do sujeito e do sentido” (Orlandi, 2007, p. 79) que regula e determina os lugares a serem ocupados no discurso, ou seja, as posições discursivas que podem ser tomadas pelos sujeitos.

Segundo a autora,

[...] a censura, [é] vista aqui por nós não como um dado que tem sua sede na consciência que um indivíduo tem de um sentido (proibido), mas como um fato produzido pela história. Pensada através da noção de silêncio [...], a própria noção de censura se alarga para compreender qualquer processo de silenciamento que limite o sujeito no percurso de sentidos (Orlandi, 2007, p. 13).

Desse modo, lançando mão da noção sócio-histórica das relações de poder, é imprescindível considerar que o político é fundamental para o estabelecimento de conexões entre o que é dito e o que é silenciado discursivamente. O fato de escolhermos certas formas de dizer em detrimento de outras está calcado em implicações do processo histórico, social e ideológico que fazem com que se compareça uma materialidade ao invés de outra, mas isso não quer dizer que outros dizeres não sejam possíveis (e, numa escala de valores, que não sejam válidos).

Quando tratamos do caráter político da língua, referimo-nos a esta enquanto espaço de contestação onde diferentes forças e interesses se enfrentam, moldando significados e influenciando a percepção da realidade. Nesse sentido, discursos são empregados para o exercício do poder e também para estabelecer verdades, legitimar certas visões de mundo, ao mesmo tempo que silenciam ou marginalizam outras.

Guimarães (2003) discute a questão pelo viés da enunciação, abordando aspectos como a hierarquização e valoração das variedades que compõem a Língua Portuguesa, demarcando uma divisão social do seu funcionamento, como por exemplo o registro formal (língua escrita dos documentos) e o registro coloquial (a língua praticada no dia a dia).

Segundo esse autor,

[...] línguas não são objetos abstratos que um conjunto de pessoas em algum momento decide usar. Ao contrário, são objetos históricos e estão sempre relacionadas inseparavelmente daqueles que as falam. Não há língua portuguesa, sem falantes desta língua, e não é possível pensar a existência de pessoas sem saber que elas falam tal língua e de tal modo. É por isso que as línguas são elementos fortes no processo de identificação social dos grupos humanos (Guimarães, 2003, p. 48).

No caso de nossa pesquisa, a escolha pelo aparato teórico-metodológico da Análise de Discurso para abordar o funcionamento do silêncio em *Torto Arado* (Vieira, 2021) não apaga a existência de outros conceitos ou perspectivas científicas, mas demonstra uma opção que passa pelo político da língua e nos leva à necessidade de esclarecer o modo como o silêncio, ou qualquer outro componente de análise numa perspectiva discursiva, pode ser empregado como chave de leitura de um determinado texto.

Começa-se por ressaltar que o objetivo, ao lançar mão de um desses instrumentos, não é o de encontrar ou revelar uma verdade definitiva que está escondida sob o texto analisado, algo que somente esse ou aquele recurso é capaz de desvendar. Trata-se, antes, de utilizar os meios adequados para alcançar a leitura que se pretende atingir, a partir de um enquadramento claro das associações que se quer fazer, já que cada conceito analítico produz uma forma de ler e é a partir dela que se alcança um outro texto, aquele que resulta de sua própria leitura (informação verbal).⁷

Nossa proposta é discutir a dimensão política do silêncio em TRAD, a partir de aspectos sócio-históricos, formas de existência e funcionamento no texto literário, bem como seus desdobramentos na produção de sentidos, como a inscrição das personagens enquanto sujeitos discursivos (conceito que será detalhado no segundo capítulo, com a apresentação da fundamentação teórica da Análise de Discurso Materialista), e com isso, chegar a uma leitura de filiação materialista, alcançando, assim esse “outro texto”.

Para atingir nosso objetivo de pesquisa, percorreremos alguns estudos (Mattos, 2018; Cestari, 2015; Silveira, 2004) que exploram a relação do silêncio com a literatura, com o lugar de enunciação de mulheres negras brasileiras e com as religiões de matriz africana, no intuito de abarcar, ao menos, três domínios de significância com que o romance mantém relação, seja por se inscrever como obra literária contemporânea brasileira, por ser narrado e protagonizado por figuras femininas negras ou por apresentar personagens que professam o jarê.

Mattos (2018) analisa o silêncio enquanto elemento significativo nos romances da escritora portuguesa Teolinda Gersão; Cestari (2015) propõe discussões sobre a

⁷ Fala do Prof. Dr. Jacob dos Santos Biziak na disciplina Análise de Discurso e Literatura: sentido, sujeito, enunciação e ideologia, na pós-graduação em Estudos Literários da Unesp, Araraquara, em 14 jun. 2024.

constituição histórica e discursiva dos lugares de enunciação coletiva das mulheres negras no Brasil e Silveira (2004) discute as relações estabelecidas entre o silêncio e o saber em um espaço de tradição religiosa africana, entrelaçando linguagem e educação no campo discursivo.

Mattos (2018) chega a um quadro de reflexões que demonstram o funcionamento do silêncio na ficção de Teolinda Gersão colocando em diálogo as ideias de quatro principais autores:

- 1) Eni Orlandi e suas noções discursivas de silêncio fundante e política de silenciamento;
- 2) Ludwig Wittgenstein e o aforismo número 7 de seu *Tractatus logico-philosophicus* - “o que não se pode falar, deve-se calar” (Wittgenstein, 1968, p. 129 *apud* Mattos, 2018, p. 29);
- 3) Susan Sontag e as contribuições críticas da estética do silêncio, as quais propõem a presença desse elemento na arte como forma de intervir para a expansão do pensamento e conexão mais aprofundada dos espectadores com a obra;
- 4) Santiago Kovadloff e os conceitos de silêncio epifânico – quando o sentido se torna claro sem que seja transmitido em palavras – e silêncio da oclusão – caracterizado pelo excesso de dizeres que impedem a pausa (o silêncio) necessária para o trânsito de sentidos.

A pesquisadora constata, na condução de seu estudo, que a presença do silêncio na literatura se faz pela

[...] representação de universos em que há incomunicação e silenciamentos, contudo, ele também habita os bastidores da palavra escrita, isto é, ele está na desesperada tentativa de dizer o que não pode ser dito, ele está no que é dito de outro modo, ele está no que é silenciado quando um discurso é eleito para figurar na página (Mattos, 2018, p. 29).

Segundo Mattos (2018), o silêncio pode trazer luz às limitações da palavra, às formas de opressão social, mas mais do que isso, faz emergir à superfície literária o atributo da pluralidade em relação aos sentidos, os quais podem sempre ser outros ao invés de um único:

[...] o silêncio é responsável pela fecundação e pelo trânsito dos sentidos. Sem ele os sentidos se exauririam, uma vez que o efeito de literalidade, dado pela função nomeadora das palavras, prevaleceria sobre a multiplicidade de sentidos. É nessa região de trânsito dos sentidos que se pode exprimir o inexprimível e, somente nela a literatura pode florescer (p.34).

Ainda de acordo com a pesquisadora, o silêncio pode existir na literatura como a “pausa necessária” para que os sentidos se movimentem e despertem novas formas de significar, como quando se configura um fator de resistência e libertação à ordem opressora, proporcionando possibilidades de subversão a ela.

Observando a história de TRAD, acreditamos haver ainda outras possibilidades, em relação à Mattos (2018), de analisar a presença do silêncio na obra literária enquanto instância significativa, promovendo jogos de sentidos com o desenvolvimento da história: pelo funcionamento narrativo e pelo funcionamento discursivo. No primeiro caso, ele pode ser reconhecido por meio da figura da anacronia, entendida por Genette (2017)⁸ como a discordância entre a ordem da história e a ordem da narrativa. Segundo o autor, ao estudarmos o tempo da narrativa devemos defrontar a dualidade que constitui a ordem temporal, ou seja, os dois momentos de uma história: o tempo (a ordem) em que as coisas acontecem e o tempo (a ordem) em que elas são apresentadas. A discordância entre esses dois tempos (a ordem da história e a ordem da narrativa), ou seja, a diferença entre o tempo do acontecimento e o tempo em que ele foi contado, é o que se chama de anacronia.

Assim, temos em TRAD não apenas três vozes narrativas (Bibiana, Belonísia e Santa Rita Pescadeira) – mas também três tempos de narração⁹ (TN1 - Bibiana, TN2 – Belonísia e TN3 – Santa Rita Pescadeira) e três tempos de acontecimentos¹⁰ (TA2 – narrados por Bibiana em TN1, TA3 – narrados por Belonísia em TN2 e TA1 – narrados por Santa Rita Pescadeira em TN3), resultando numa anacronia.

No último tempo de narração, o de Santa Rita Pescadeira (TN3), são reveladas informações sobre acontecimentos que se deram antes do primeiro e segundo tempos da narrativa (TN1 e TN2), como a história por trás da faca que feriu Belonísia, o sumiço de Carmelita, a ligação de Zeca Chapéu Grande com a espiritualidade, os indícios de autoria do assassinato de Severo e as circunstâncias da morte de Salomão. Essas questões ficam encobertas por uma espécie de “silêncio” no decorrer da história, um

⁸ Genette (2017) adota abordagem estruturalista ao estabelecer seus estudos sobre a narrativa, atendo-se à descrição do que acredita ser o funcionamento narrativo. O teórico literário francês, diferentemente da ADM, não pensa a narrativa como prática social e, portanto, resultado da constituição ideológica. Logo, ao aliarmos a nomenclatura estruturalista de Genette ao nosso estudo, pautado no emprego da ADM enquanto dispositivo de leitura e crítica literária, intentamos identificar a ponte traçada entre esses dois campos teóricos que, justamente por serem epistemologicamente distintos, nos permitem observar as marcas da exterioridade material e econômica na estrutura do texto literário.

⁹ TN: tempo de narração

¹⁰ TA: tempo de acontecimento

“não falar sobre” que mantém a “verdade” de cada um desses acontecimentos em segredo.

Observemos o caso do sumiço de Carmelita, em que o silêncio se constrói no decorrer do texto, durante os tempos de narração TN 1 e TN2, pela “não revelação” do que realmente aconteceu com a personagem, promovendo efeitos de mistério pela incompletude do saber em relação ao fato, como se observa nas sequências discursivas¹¹ 1, 2 e 3:

SD 1) A primeira a deixar a casa depois de meu pai havia sido Carmelita, que partiu sem indicar o rumo que tomaria [...] (Vieira Junior, 2021, p. 22).

SD 2) Minha avó surgiu em meus pensamentos com sua brabeza, com seu chapéu grande, com seu punhal com cabo de marfim, com as histórias que me contavam sobre ela, com seus três casamentos e o mistério da vida de tia Carmelita, de que ninguém tinha notícias (Vieira Junior, 2021, p. 108).

SD 3) Da boca de Donana não soube quase nada. Só da insistente lembrança de Carmelita e de um medo de onça que ninguém entendia muito bem (Vieira Junior, 2021, p. 165).

As revelações acontecem na última parte do livro, no tempo de narração TN3, como é possível observar nas sequências discursivas 4, 5 e 6:

SD 4) Quando Donana encontrou a filha Carmelita, moça há poucos anos, debaixo do corpo do seu homem, de calças arriadas, na cama onde se deitava do cansaço sem fim, se envergonhou no chão como um jumento que não quer seguir o caminho que lhe resta (Vieira Junior, 2021, p. 239).

SD 5) Carmelita andava arredia, chorosa pelos cantos da casa, ela percebia, mas não passava por sua cabeça nada do que havia visto (Vieira Junior, 2021, p. 239).

SD 6) Os machucados que a filha escondia, como se estivesse boba de atenção esbarrando em tudo, caindo em todo lugar. Tudo fazia sentido. Seu homem batia, maltratava, violava e ameaçava sua filha debaixo do seu teto com sua concordância? (Vieira Junior, 2021, p. 239).

Ao virem à tona, essas “verdades” rompem o “silêncio” que foi construído narrativamente e revelam os “mistérios” da história, mostrando-se imprescindíveis para o encadeamento da história. Entende-se, com isso, que o funcionamento do silêncio por meio desse tipo de movimento retrospectivo (anacronia entendida por Genette (2017) como analepse exterior heterodiegética) é também um modo de promover o suspense na história e de surpreender os leitores com o desfecho do romance.

¹¹ SD: sequência discursiva

Se observarmos a relevância dos fatos, que chamamos nos parágrafos anteriores de “verdade”, ou melhor, se nos detivermos à importância da supressão temporária deles para o desenvolvimento da história de TRAD, temos o silêncio (enquanto essa referida supressão) atuando em favor da narrativa e preenchendo o reino literário, de modo a formar um jogo de efeitos de sentido que convocam a atenção do leitor na trama no decorrer da leitura.

Já para adentrarmos na análise do silêncio no campo discursivo devemos mudar o enfoque para alcançarmos sua visualização, que se dá de modo indireto, pela análise da relação estabelecida com “sua origem”, com sua “causa” (Orlandi, 2007, p. 45), utilizando para isso abordagens que possibilitem uma visão histórica do seu acontecimento, bem como seus desmembramentos no processo de significação, sejam eles políticos ou retóricos. Segundo Orlandi (2007), “sem considerar a historicidade do texto, os processos de construção dos efeitos de sentidos, é impossível compreender o silêncio” (p. 45).

Assim, para analisar as implicações significativas do silêncio em TRAD, tomaremos o segundo e o terceiro estudos citados inicialmente (Cestari, 2015, e Silveira, 2004) a fim de embasar a construção da necessária “visão histórica do seu acontecimento”, tanto no que diz respeito aos processos de silenciamento das mulheres negras no Brasil e sua luta para a tomada da palavra, quanto no que se refere ao valor do silêncio para as comunidades de tradição africana enquanto marco de resistência, preservação da cultura e construção da educação. Ainda, recorreremos às noções teóricas de silêncio desenvolvidas por Orlandi (2007), apresentadas sob as formas de silêncio fundador e política do silêncio, as quais funcionam discursivamente como espaço de significação em relação à linguagem, formando sentidos e movimentando o sujeito em relação ao discurso.

Entende-se como silêncio fundador, também denominado fundante, base para a própria possibilidade do dizer, local de sustentação para a palavra, condição para a linguagem significar: é o silêncio fundamental, que possibilita o início da significação, lugar que significa em si mesmo e onde a linguagem adquire significados em relação a. Não se trata do silêncio “em sua qualidade física [...], mas do silêncio como sentido, como história (silêncio humano), como matéria significante” (Orlandi, 2007, p. 68).

Quanto à política do silêncio, ela é estruturada por dois pilares, o silêncio constitutivo e o silêncio local. O primeiro é aquele que literalmente constitui os limites do dizer, delimita a mobilização de determinadas formações discursivas, ou seja, ele

se dá quando dizemos algo para não dizer outra coisa. O exemplo trazido por Orlandi (2007) para explicar o silêncio constitutivo é o uso do termo "Nova República", no Brasil, para se referir ao período posterior à ditadura militar e, com isso, apagar, ou silenciar, o fato de ter havido uma ditadura militar no país.

O silêncio local, segundo a autora, é a própria censura, caracterizada pela interdição do dizer, por um tipo de "asfixia do sujeito e do sentido" (Orlandi, 2007, p. 79) que regula e determina os lugares a serem ocupados no discurso, ou seja, as posições discursivas que podem ser tomadas pelos sujeitos. Trata-se de

compreender a censura enquanto fato de linguagem que se inscreve em uma política da palavra que separa a esfera pública e a esfera privada, produzindo efeitos de sentido pela clivagem que a imposição de uma divisão entre sentidos permitidos e sentidos proibidos produz no sujeito (Orlandi, 2007, p. 93).

Desse modo, lançando mão da noção sócio-histórica das relações de poder, é imprescindível considerar que o político é fundamental para o estabelecimento de conexões entre o que é dito e o que é silenciado discursivamente.

Princípios fundamentais ajudam a compreender a perspectiva pela qual Orlandi (2007) percebe o silêncio como elemento significante, partindo da tese de sua não transparência para apontar métodos de observação discursivos. Entre eles, a ideia de que "o silêncio não fala, ele significa" (Orlandi, 2007, p. 102), o que implica compreender seu sentido ao invés de tentar traduzi-lo; e que "impor o silêncio não é calar o interlocutor, mas impedi-lo de sustentar outro discurso" (Orlandi, 2007, p.102).

Cestari (2015) parte dos pressupostos de Orlandi (2007) para debater a luta das mulheres negras contra o racismo e a favor da tomada da palavra num processo histórico pela busca de inscrição como sujeitas do próprio dizer, inclusive na literatura, propondo reflexões sobre a relação estabelecida entre discurso e poder, notadamente no que se refere ao papel da interpelação ideológica para a construção das posições de enunciação, convidando-nos a pensar nas noções de silêncio e fala de um ponto de vista político.

Segundo a autora,

tornar sujeito da própria fala ou falar por si são expressões que marcam na materialidade da língua lutas pelo dizer e significar: lutas por um lugar de enunciação reconhecido socialmente e de ampla circulação para discursos que pretendem contestar os discursos dominantes (Cestari, 2015, p. 135).

No Brasil, o processo de colonização e a adoção do regime de mão de obra escravizada como força motriz, por 388 anos, impactou não apenas o modo de produção e a formação econômica do país, mas também as relações sociais que fundamentaram a formação da nação, as quais reverberam ainda na atualidade pela materialidade da língua. De acordo com Cestari (2015), a população negra foi silenciada de duas formas no decorrer do processo histórico no Brasil: “por políticas do silêncio com suportes institucionais, principalmente jurídicos” (Cestari, 2015, p. 133), e por ter se tornado escrava

de “seu silêncio” pela eficácia ideológica dos discursos dominantes que (re)produzem sentidos de subalternização acerca dos negros e dificultam os processos de subjetivação na resistência. O que não significa que não tenha havido resistência e muitos brados de revolta repletos de palavras e também de silêncios (p. 133).

No caso das mulheres negras, ainda conforme Cestari (2015), o silenciamento atinge a historiografia brasileira e é agravado pelo fato de essas mulheres terem sido ditas por outras pessoas que não elas mesmas, o que afetou seu reconhecimento e invisibilizou sua importância e participação na construção do Brasil. Não serem sujeitas do próprio dizer também implicou na supervisibilização de discursos marcados pela repetição de estereótipos, reproduzindo sentidos da ordem dominante.

Para Cestari (2015), esse silenciamento

É presença menos audível de palavras de mulheres negras; é presença maciça de palavras proferidas desde a posição de dominação. É presença menos audível de sentidos produzidos desde posições sujeito de resistência à dominação ideológica; é presença maciça de sentidos produzidos desde posições sujeito racistas patriarcais heterossexistas e cissexistas (p. 137).

Já a pesquisa de Silveira (2004), realizada no terreiro de candomblé Ilê Axé Ijexá, situado em Itabuna, na região cacauzeira da Bahia, observa o silêncio e a palavra como duas faces da linguagem, elementos considerados fundamentais para a organização de um espaço que viabilize a concretização de práticas pedagógicas de filiação africana. Assim, o silêncio é tratado como instância significativa que implica na relação entre as pessoas tanto quanto o dizer, sendo, como as palavras, parte da composição dos significados.

Na referida pesquisa, as reflexões sobre o valor do silêncio se dão no contexto educacional, sendo o terreiro de candomblé considerado um espaço pedagógico, local de aprendizagem, preservação e valorização da cultura ancestral africana. Antes de entrar propriamente no campo do silêncio, a pesquisa aborda a relevância da palavra

nas práticas do candomblé, e destaca a importância da oralidade para as sociedades africanas, bem como para as comunidades-terreiro, o povo-de-santo.

Nessas condições de produção, a palavra é apresentada por seu poder de ligação com o sagrado, de interação entre sujeitos, de caminho para a concretude e realização do que é dito, além de ser uma medida “asseguradora da transmissão de preceitos e segredos que fazem parte do seu patrimônio ancestral africano” (Silveira, 2004, p.58). Herança cultural, a oralidade ocupa papel central na difusão de conhecimentos nos terreiros de candomblé, visto que a não adoção de registros escritos é também artifício de resistência, uma forma de salvaguardar e perpetuar os segredos dos orixás.

Segundo Silveira (2004),

Para o povo-de-santo a palavra tem um valor simbólico especial, exatamente porque tem poder de ação, de sair de um sujeito para outro. É assim que, para o integrante do candomblé, ela possui um caráter sagrado (p. 59).

No terreiro de candomblé, a palavra adquire valor simbólico cuja materialidade é específica, como se fosse um veículo transmissor de força, atingindo o sujeito pela difusão do axé, da energia propulsora que dinamiza a existência. No que diz respeito à ancestralidade, se tomadas como exemplo as sociedades africanas rurais, a palavra ocupa ainda um lugar de valor e compromisso, de responsabilidade, funcionando em dimensões distintas:

A palavra de um chefe pode criar cisões, ferir e até matar. Por isso um chefe sempre deve medir suas palavras com circunspeção. O conteúdo dessa afirmativa revela um dos valores preservados pela tradição africana nas comunidades de terreiro. A palavra tanto assume um valor metafísico, porque vista sob o símbolo do sagrado, como também possibilita ser vista na dimensão linguístico-discursiva, à medida em que a simples emissão da palavra sugere responsabilidades no dizer, disciplinamento de palavras, moldura de falas. Para o integrante do terreiro, falar não implica dizer qualquer coisa, a qualquer pessoa, em qualquer lugar. Cada ato de fala é compreendido como uma intervenção na realidade e como produtor de efeitos específicos ao nível da relação entre os interlocutores e destes com o mundo (Silveira, 2004, p. 62)

Além das dimensões metafísica (pelo potencial sagrado de colocar em contato o humano com as divindades) e linguístico-discursiva (por promover uma articulação bidirecional entre sujeito e mundo/mundo e sujeito), a palavra também é vista nos terreiros de candomblé pelo seu caráter educativo, à medida que se constitui como meio para compartilhar conhecimentos. Assim, ela ultrapassa o limite individual daqueles que a proferem para abarcar a coletividade, transformando-se em

conhecimento. O exemplo trazido por Silveira demonstra como se dá o processo de aprendizado, encerrando ainda o respeito que permeia essa relação:

boca calada, ouvidos abertos; o jovem deixa o ancião falar. O mestre se expressa lentamente, quase em voz baixa. O discurso é entrecortado por longas pausas, a fim de que a palavra penetre no mais jovem e a ele se integre (Wondji, 1996, p. 10, *apud* Silveira, 2004, p. 63).

Em TRAD, por sua vez, a oralidade relacionada a religiões de matriz africana é simbolizada nas práticas do jarê, crença professada pelas personagens da obra literária e que, na narrativa, cumpre o papel de intermediar as relações do plano terreno com o mundo espiritual. Nesse sentido, é válido observar a relevância do plano etéreo para o desenvolvimento da história, considerando que uma das protagonistas de TRAD é nada menos do que um ser “encantado”, o espírito de Santa Rita Pescadeira, que, como já visto nas análises anteriores, guarda o conhecimento e a “verdade” dos acontecimentos que envolvem a família de Zeca Chapéu Grande, e os revela no último tempo de narração, de modo a concluir o ciclo narrativo.

Segundo Banaggia (2016), “o jarê é uma religião de matriz africana existente somente na Chapada Diamantina, Bahia. Similar em diversos aspectos aos candomblés baianos do litoral, o jarê guarda especificidades derivadas do povoamento da região, baseado na exploração de pedras preciosas” (p. 98).

A Chapada Diamantina é justamente o lugar onde se inicia a história da família de Zeca Chapéu Grande, onde Donana, sua mãe, ainda criança, tem os primeiros contatos com os encantados, as entidades do jarê. Em torno desse contexto místico, que se aproxima do culto do candomblé, a transmissão oral de conhecimentos relacionados ao poder de cura, seja por remédios naturais ou por rezas, se faz presente em TRAD, notadamente nos momentos de iniciação espiritual de Donana e Zeca, observados nas sequências discursivas (SD) 7 e 8:

SD 7) Foi *nessa última casa, ao lado do curador* João do Lajedo, que Donana aprendeu a *manejar* ervas e raízes para *fazer* xaropes e remédios para os mais distintos males que acometiam gente de toda origem: de coronéis a trabalhadores, de moças ricas que viviam na cidade às mulheres da roça que trabalhavam ao lado de seus maridos (Vieira Junior, 2021, p. 166, grifo nosso)

SD 8) Participava com interesse e atenção *das cerimônias da casa do curador*, aprendia de forma dedicada sobre os ritos e preceitos, *auxiliava* nas brincadeiras, nas cantigas para chamar os encantados. *Identificava* com facilidade as entidades que surgiam, *mudava* o ritmo da cantiga, *sabia* em que velocidade os atabaques deveriam ser tocados, dependendo se queria agitar ou amansar algum espírito. Nas festas, se inteirava da ordem em que deveriam se apresentar (Vieira Junior, 2021, p. 181, grifo nosso).

Vemos que os dois trechos têm em comum o lugar onde se deu a formação de Donana e Zeca sobre o poder das ervas e dos rituais espirituais: *a casa do curador* (grifo nosso). Nos dois casos, também temos o acontecimento do aprendizado, o funcionamento dos saberes, que tal como a palavra para o povo-de-santo, tem o poder da ação. A transformação para o conhecimento fica marcada, assim, pelo fazer das personagens, expresso pelas formas verbais: *manejar, fazer, auxiliava, identificava, mudava, sabia* (grifo nosso), indicando que, a exemplo do que acontece nos terreiros de candomblé, a casa do curador funcionava como uma sala de aula, em que João do Lajeado (curador) era o professor, Donana e Zeca eram os alunos, as práticas exercitadas por eles eram os livros. Quando mãe e filho aprendem os segredos do jarê pelo contato com o curador, com os ritos espirituais por ele desenvolvidos, compreende-se a transmissão do conhecimento via oralidade, em que a própria palavra é a força que toca o outro e o conduz à ação.

Se a palavra tem poder e força transformadores, também o silêncio é carregado de sentidos e significados no contexto dos terreiros de candomblé, podendo ser observado nas mesmas dimensões, adquirindo ele mesmo um feitiço de elemento simbólico, uma espécie de virtude fundamental que abrange tanto o sujeito quanto o grupo, a coletividade em que se instala.

Segundo Silveira (2004), o silêncio também pode ser observado nas mesmas dimensões que a palavra:

No primeiro caso, assim como a palavra está a serviço de uma transmissão dinâmica, concentrando e transmitindo axé e o poder de ação, o silêncio deixa fluir o axé, possibilita a sua instauração. Nessa dimensão, ele se constitui elemento, substância simbólica sobre a qual e a partir da qual a energia se instala, circunda, tanto a nível do indivíduo, como a nível de grupo. Se nas religiões, de um modo geral, o silêncio vai se configurar como uma atitude de aproximação com o divino, no candomblé ele assume, para além dessa face, mais uma outra, a que modela formas de convivência com o humano, revela maneiras de compreensão do real inseridas na “episteme” africana e se institui também como símbolo de resistência à preservação de elementos da cultura e como forma de construir educação. Do ponto de vista linguístico-discursivo, o silêncio é instituído como discurso, à medida em que ele evoca sentidos e é regulado, nas relações entre os indivíduos, por regras próprias e estratégias discursivas bem definidas.

Sob a perspectiva pedagógica, o silêncio é possibilitador da emergência de conteúdos educacionais no processamento das relações intersubjetivas, fornecendo referências para a compreensão da realidade e permitindo o aparecimento de significados à experiência do grupo (p. 67).

Ainda de acordo com a autora, outra característica que assume relevância para o povo-de-santo é que o silêncio, enquanto linguagem, é uma espécie de modelo cósmico, um referencial místico que funciona de acordo com o orixá a que os sujeitos

se filiam. Assim, em sua dimensão pedagógica, o silêncio pode servir de exemplo aos fiéis orientando comportamentos individuais e coletivos. No caso do terreiro Ilê Axé Ijexá, cujo patrono é Oxalá, a relação da comunidade com o silêncio é ainda mais intrínseca e constituidora de uma forma de ser e estar no mundo, já que esta divindade do panteão africano é considerada pai do silêncio.

Aproximando as discussões de Cestari (2015) e Silveira (2004) de minha proposta de análise discursiva de TRAD, acredito estar às portas do caminho de leitura pretendido, cuja chave de abertura são as noções de silêncio teorizadas por Orlandi (2009), vistas a partir da problematização de questões que atravessam a história e alcançam as personagens inscrevendo-as como sujeitos de discurso. Entre elas, a narração autodiegética de Bibiana, Belonísia e Santa Rita Pescadeira, que há um só tempo contrapõe o silenciamento pela invisibilização e pela reprodução de estereótipos, representa a ocupação de espaços de enunciação dos quais é possível contestar os discursos dominantes e denunciar suas implicações sociais, como a opressão, a miséria e a violência, e permite reflexões sobre o acontecimento do silêncio fundante, condição necessária para a manifestação dos dizeres dessas mulheres.

3. ANÁLISE DE DISCURSO COMO DISPOSITIVO DE LEITURA E CRÍTICA DE LITERATURA

Para que seja possível avançar na construção de uma proposta de leitura de *Torto Arado* (Vieira Junior, 2021) via silêncio, alguns instrumentos de análise serão necessários, já que, na perspectiva discursiva, esse elemento deve ser observado a partir da relação sujeito-linguagem-história, pelos sentidos que desperta entre o dizer e o não dizer. Assim, discorrerei a seguir sobre o embasamento filosófico e os conceitos fundamentais da Análise do Discurso de linha francesa, doravante empregados como aparato teórico-metodológico.

O capítulo está dividido em duas seções principais e estas, em subseções. A primeira seção versa sobre os pilares teóricos erguidos por Althusser (1980), entre eles, os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE), a partir da leitura dos fundamentos marxistas; sua subseção explana sobre o processo de interpelação ideológica dos indivíduos, pelo qual estes são convocados a serem sujeitos.

Na segunda parte do capítulo, trato especificamente do desenvolvimento da Análise de Discurso materialista por Michel Pêcheux (1988), sob influência dos estudos althusserianos. Os conceitos da ADM são apresentados em duas subseções, pela seguinte ordem: formação discursiva, formação ideológica, esquecimentos nº 1 e nº 2; discurso, ideologia, sujeito, enunciação e memória.

3.1 Bases filosóficas da ADM em Althusser: materialidade e formação social

Reconhecido como um dos pensadores mais importantes do Século XX pelo alcance de seus estudos sobre ideologia e formação social, os quais reverberam em diferentes áreas das ciências humanas, como Sociologia, Direito e Educação, o legado do filósofo franco-argelino Louis Althusser (1918-1990) também deu grande contribuição para o desenvolvimento da Análise de Discurso Materialista (ADM) concebida por Michel Pêcheux (1988). Sua colaboração está relacionada aos estudos promovidos em razão da atualização da teoria marxista e ao desenvolvimento de seu entendimento sobre o funcionamento ideológico na formação e manutenção da sociedade capitalista, o qual embasa o processo de transformação do indivíduo em sujeito por meio de uma operação denominada interpelação.

Para discorrer sobre o funcionamento da ideologia, Althusser (1980) propõe contornar o caráter descritivo que abrange os pressupostos de Marx, de modo a ampliar o entendimento conceitual quanto ao todo social sob o ponto de vista da reprodução. Além disso, desviar uma compreensão negativa sobre ideologia: não uma ilusão, mas como efeito da relação imaginária do sujeito com a realidade. Nesse sentido, Althusser (1980) defende que “para existir, toda a formação social deve, ao mesmo tempo que produz, e para poder produzir, reproduzir as condições da sua produção” (p.11), sejam elas as forças produtivas ou as relações de produção.

De acordo com o Althusser (1980), as forças produtivas são constituídas pelos meios de produção e pela força de trabalho, sendo que o processo de sua reprodução é assegurado fora do ambiente de trabalho. No caso dos meios de produção, há uma relação de toda a cadeia produtiva para assegurar a reposição de itens que se desgastam durante o processo produtivo, entre eles a matéria prima, as instalações e os maquinários, garantindo, assim, a reprodução das condições materiais de produção. Com relação à força de trabalho, são assegurados meios materiais para que ela própria se reproduza, entre eles o salário, a qualificação (escola) e a submissão às regras estabelecidas (ideologia dominante assegurada pelo funcionamento dos Aparelhos Ideológicos de Estado).

Para tratar da reprodução das relações de produção e aprofundar o pensamento sobre o funcionamento da ideologia, Althusser (1980) retoma os princípios marxistas sobre a estrutura de sociedade, os quais postulam sua constituição pela articulação entre duas esferas: a infraestrutura ou base econômica (formada pelas forças produtivas e pelas relações de produção) e a superestrutura (formada por duas instâncias: a jurídico-política - o Direito e o Estado – e a ideologia, que pode ser política, jurídica, religiosa, moral, entre outras). De forma a melhor representar a estrutura da sociedade, Althusser (1980) lança mão da metáfora espacial de um edifício, empregada por Marx, e dispõe sobre a tópica: o alicerce da construção representa a infraestrutura, ou seja, a base econômica; enquanto os dois andares superiores simbolizam a superestrutura, dividida em seus dois níveis (jurídico-político e ideológico). Com essa comparação é posta a impossibilidade de existência dos andares superiores do edifício sem a sustentação da base econômica que os alicerça. Há, assim, a implicação de que, em última instância (mas não só), a metáfora representa a determinação da sociedade pelo fator econômico.

Assumindo posição de ir além do caráter descritivo para pensar a relação existente entre a superestrutura e a infraestrutura, as quais representam a classe dominante e a classe dominada, respectivamente, Althusser (1980) avança no entendimento de como funcionam o Direito, o Estado e a ideologia. O conceito de Estado, apresentado em dois aspectos distintos pela teoria marxista – poder de Estado (cuja obtenção e detenção é o objetivo das lutas de classe) e aparelho de Estado (meios repressivos pelos quais se mantém o poder de Estado: o Governo, a Administração, o Exército, as Polícias, entre outros) –, e cuja função principal é assegurar à classe dominante a dominação sobre a classe dominada, a fim de preservar o lucro ou a “extorsão da mais-valia” (Althusser, 1980, p. 31), ganha em Althusser um acréscimo de complexidade.

Nesse sentido, o autor desenvolve o conceito de Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE) para explicar outros meios pelos quais se dá a manutenção do poder na sociedade sem que se faça o emprego da violência, sendo este o principal fator de diferença entre os AIE e o aparelho repressivo, ou seja, seu funcionamento por meio da ideologia. Segundo Althusser, os AIE se apresentam sob a forma de instituições especializadas, sendo elas: o AIE religioso, o AIE familiar, o AIE escolar, o AIE jurídico, o AIE político, o AIE sindical, o AIE da informação e o AIE cultural.

Distinguindo AIE e aparelhos repressivos, Althusser (1980) faz a ressalva de que ambos os funcionamentos são permeados pela ideologia e pela repressão, sendo alternadamente prevalentes, o que quer dizer que tanto os aparelhos repressivos são permeados pela ideologia quanto os aparelhos ideológicos promovem a repressão, culminando na manutenção do poder do Estado por uma combinação sutil entre os dois tipos de funcionamento.

Além de manter o poder do Estado, os AIE também têm a premissa de assegurar a reprodução das relações de produção, ou seja, das relações de exploração capitalista, amparados pela força do aparelho repressivo. O principal deles a cumprir esse papel, figurando como predominante sobre os demais, é a Escola, que inculca “saberes práticos” (Althusser, 1980, p. 64) de origem ideológica dominante, entre eles o estudo da língua, da história, da literatura, ou a “ideologia dominante em seu estado puro” (Althusser, 1980, p. 64), como a filosofia ou a instrução moral e cívica, a todas as crianças durante todo o período de formação escolar, desde a infância até a juventude, de modo a fazer reproduzir as relações de produção.

Ainda de acordo com o autor, a maior parte dos jovens adentram as esteiras capitalistas como operários, enquanto os que alcançam algum grau maior de escolarização preencherão postos médios de trabalho e, em menor escala, os que chegam ao "cume" (Althusser, 1980, p. 65) serão os intelectuais, os agentes da exploração, os agentes da repressão e os profissionais da ideologia. Segundo Althusser (1980), todo esse funcionamento do mecanismo escolar, vital para o regime capitalista, se dá de forma dissimulada "em uma ideologia que representa a Escola como um meio neutro, desprovido de ideologia" (p. 67), de modo que todos esses atores sejam de tal forma preenchidos pela ideologia que saibam quais papéis representam numa sociedade de classes: os explorados, os agentes da exploração, os agentes da repressão e os profissionais da ideologia.

Aqui começa a ser desenhado o papel e o funcionamento da ideologia, os quais asseguram "[...] 'pela palavra', a dominação da classe dominante". (Althusser, 1980, p. 21) Ao seguir no desenvolvimento de sua teoria da ideologia em geral, a qual passará a chamar somente pelo termo ideologia, o autor começa por apresentar uma característica que a difere em relação a teorias das ideologias particulares "(religiosa, moral, jurídica, política)" (Althusser, 1980, p. 71), as quais expressam sob diferentes formas as posições de classe e estão imbricadas da história das formações sociais e das lutas de classe.

Para Althusser (1980), "a ideologia não tem história", mas constitui-se na história, uma vez que possui estrutura e funcionamento que dão a ela um caráter eterno, de forma análoga a como o inconsciente é caracterizado por Freud enquanto "imutável na sua forma ao longo da história" (p. 75). Com isso, o autor defende a tese de que a ideologia é não somente onipresente como também tem sua existência realizada de forma material, já que se constitui em práticas nos diversos aparelhos ideológicos de Estado, diferentemente do conceito das ideologias particulares, que são "concepções de mundo" (Althusser, 1980, p. 78) pautadas numa relação imaginária dos indivíduos com as suas reais condições de existência.

Cabe destacar as duas teses apresentadas pelo autor para aprofundar o tema: "A ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com as suas condições reais de existência" (Althusser, 1980, p. 77) e "A ideologia tem uma existência material" (Althusser, 1980, p. 83).

Surge assim que o sujeito age enquanto é agido pelo sistema (enunciado na sua ordem de determinação real): ideologia existindo num aparelho

ideológico material, prescrevendo práticas materiais, reguladas por um ritual material, as quais (práticas) existem nos actos materiais de um sujeito agindo em consciência segundo a sua crença (Althusser, 1980, p. 90).

Com isso, partimos de uma visão de ordem imaginária e individual para pensar em outra que possui forma material, abrangência coletiva e é manifestada nas práticas dos sujeitos de acordo com o que determinam os aparelhos de Estado, os quais modelam comportamentos e, em última instância, a permanência da estrutura de uma sociedade capitalista. Essa percepção, inclusive, é uma das bases que fundamentam a análise de discurso materialista e que a diferencia das demais vertentes de análise do discurso.

3.1.1 Ideologia: a interpelação do indivíduo em sujeito

A figura do “sujeito” é inserida no contexto dos estudos althusserianos tendo sua concepção diretamente relacionada à da ideologia, com a qual forma um jogo de dupla constituição manifestado no funcionamento de uma e outra instâncias: “a categoria de sujeito só é constitutiva de toda a ideologia, na medida em que toda a ideologia tem por função (que a define) ‘constituir’ os indivíduos concretos em sujeitos” (Althusser, 1980, p. 94). Para melhor compreensão disso, é importante destacarmos alguns pontos. O primeiro é observar que Althusser fala em “categoria” de sujeito, o que nos leva a pensar no ser não como um indivíduo, mas como um ser social, em sentido mais amplo e descentralizado. Outro aspecto é retomar a característica de “dissimulação” da ideologia, ou seja, de produzir efeitos sem parecer que os produz, como no exemplo citado anteriormente sobre o funcionamento da escola. Por fim, é necessário relembrar o caráter “eterno” da ideologia e sua existência independente de uma época histórica, a fim de compreendermos que a relação ideologia/sujeito, esse jogo de dupla constituição, também acontece de forma constante e abrangente.

Feitas essas observações é possível avançar para o que Althusser define como interpelação, processo pelo qual a ideologia convoca sujeitos como se fossem indivíduos. Pelas definições em dicionário (Houaiss, 2015), podemos tomar o verbo interpelar no sentido de indagar, questionar ou mesmo intimar alguém. No caso da ideologia, a interpelação funciona como uma convocação ao indivíduo a assumir uma posição em determinada “categoria” e a agir conforme as regras sociais que lhe são impostas pelos aparelhos ideológicos de Estado. No entanto, tudo isso ocorre de tal

forma, sob os efeitos ideológicos, que nem o indivíduo percebe-se interpelado em sujeito nem reconhece suas ações como fruto também da ideologia.

As diferentes posições ocupadas pelas personagens de *Torto Arado* (Vieira Junior, 2021) no decorrer da história permitem-nos reconhecer o acontecimento da interpelação ideológica. Observemos Zeca Chapéu Grande, pai das protagonistas Bibiana e Belonísia, que também tem outras inscrições como sujeito, além da parterna: é o primogênito de Donana, é o marido de Salustiana, é curandeiro e líder espiritual, é morador e trabalhador da Fazenda Água Negra. Em cada uma dessas circunstâncias, Zeca se relaciona com as demais personagens de acordo com uma posição política e ideologicamente constituída, o que o torna muitos Zecas em um mesmo, como observado nas sequências discursivas (SD) 9, 10 e 11:

SD 9) Era um pai igual aos outros pais que conhecíamos, mas que tinha sua paternidade ampliada aos aflitos, doentes, necessitados de remédios que não havia nos hospitais, e da sabedoria que não havia nos médicos ausentes daquela terra (Vieira Junior, p. 33).

SD 10) Meu pai era respeitado pelos vizinhos e filhos de santo, por seus patrões e senhores, e por Sutério, o gerente. Era o trabalhador citado como exemplo para os demais, nunca se queixava, independente da demanda que lhe chegava (Vieira Junior, p. 53).

SD 11) Mesmo assim, Salu adentrou a casa com a altivez e a autoridade que emanava da sua posição de mulher do curador Zeca Chapéu Grande (Vieira Junior, p. 58).

Na SD 9, a inscrição de Zeca Chapéu Grande como pai ocorre por meio da expressão “paternidade ampliada”, e o coloca como uma figura de grande importância para toda a comunidade, já que estende o alcance de seus saberes e cuidados paternos a todos que necessitam, não apenas a seus filhos de sangue, sendo por isso reconhecido. Na SD 10, a apresentação de Zeca como alguém “respeitado” advém de sua inscrição como trabalhador, posição em que sustenta uma postura submissa às ordens que recebe de seus “patrões e senhores”, o que o torna um exemplo, sob o ponto de vista do patronato, para os outros empregados. Já na SD 11, a inscrição de Zeca como um sujeito de prestígio é representada a partir da inscrição de Salu como sua esposa, já que a atitude dela ao adentrar a casa com “altivez” e “autoridade” está amparada no respeito que advém da “posição” que ocupa enquanto mulher dele.

Durante toda a vida, e mesmo antes do nosso nascimento, ocupamos diferentes posições, o que nos leva a constatar que somos interpelados durante todo o tempo e em todos os lugares: durante a gestação, quando já somos uma

expectativa, e no decorrer das demais relações humanas, quando assumimos um ou outro posto e, com isso, estamos submetidos a uma sequência de ações previsíveis: pais X filhos, professores X alunos, médicos X pacientes, patrões X empregados, policiais X bandidos, políticos X eleitores, enfim, toda a diversidade de relações possíveis. Com isso, temos que a ideologia nos faz “sempre-já” (Althusser, 1980, p. 97) sujeitos, em todos os momentos e aspectos vida, e que mesmo conhecendo esses vários papéis sociais, que são a própria materialização da ideologia, não a reconhecemos como sendo o mecanismo que está por trás da estruturação e manutenção de nossa formação social, uma vez que ela funciona de forma dissimulada, de modo a passar despercebida por quem está envolto nesse processo de interpelação.

Althusser (2015) aprofunda a questão ao abordar o papel da religião na sociedade e sua relação com as forças dominantes de poder, seja de modo direto, ditando regras de caráter moral, seja de modo subliminar, influenciando o pensamento filosófico, mas nos dois casos atingindo o mesmo objetivo, a obtenção e manutenção do domínio coletivo. De acordo com o autor, a religião servia, em sociedades comunitárias primitivas, com seus mitos, para unificar o grupo social contra as forças da natureza, em torno da subsistência, e para ordenar as práticas de produção, organizando os homens em torno de um trabalho comum. Nesses agrupamentos, o poder dos sacerdotes sobre os demais era assegurado pela detenção de determinados conhecimentos teóricos.

Dessa forma, a religião conduzia todos os acontecimentos da vida dos indivíduos, desde o nascimento até a morte, especialmente os aspectos da sexualidade, de modo a assegurar não apenas a reprodução biológica, mas também as relações com outras comunidades e a formação de alianças, com regramentos como a lei da exogamia, que impunha o casamento com pessoas externas ao grupo. Com forte controle sobre a sexualidade e sua normalidade, a religião passa a sancionar, com sacramentos e cerimônias, o nascimento, o matrimônio e a morte na sociedade.

Segundo Althusser (2015), a religião, enquanto instrumento de dominação, se valeu do medo e da inquietação sobre a morte para conter os ânimos dos indivíduos e dos grupos humanos, promovendo a ideia da existência como o cumprimento de um destino, fazendo crer que a vida era decidida não pelas pessoas, mas fora delas, por Deus. Esse Deus oferece a possibilidade da vida eterna, desde que a conduta em vida

siga os ditos religiosos. Assim, a religião alcança o domínio das pessoas pela força da resignação, já que inculca a crença de que há um poder superior, de ordem espiritual, que assegura a eternidade àqueles que suportam o regramento, ao mesmo tempo em que serve aos poderosos, pois prega, por meio da ideologia, a resignação aos explorados.

Para melhor compreensão do funcionamento da ideologia e dos mecanismos de interpelação do indivíduo em sujeito, podemos refletir sobre a influência da religião no campo filosófico e do campo filosófico nas práticas sociais. Althusser apresenta duas correntes distintas - a idealista e a materialista – para demonstrar que (e como) essas abordagens reverberam. De um lado, a filosofia idealista, pautada nas ideias de Platão, que se ocupa de questões classificadas pelo autor como “sem sentido” (Althusser, 2015, p. 44) e distantes da verdade histórica, dentre elas a origem do mundo, do tempo, a incompreensão do universo, a onipresença e onipotência de Deus. Reproduzida pelas instituições, essa filosofia abarca o sujeito em uma visão individual e resignada, não engajada na mobilização social. De outro lado, a filosofia materialista, inspirada na tradição de Epicuro, que busca pensar sobre outra base e questionar uma problemática distinta:

Esta filosofia nada tem de religioso e muito menos de passivo ou resignado. É, pelo contrário, uma filosofia de trabalho e de luta, uma filosofia ativa, que apoia os esforços práticos dos homens; ao contrário do idealismo, que é uma filosofia da teoria, o materialismo é uma filosofia da prática (Althusser, 2015, p. 53, tradução nossa¹²).

Assim, a corrente materialista transforma as questões religiosas em questões filosóficas e propõe um olhar histórico sobre as práticas humanas, alcançando o sujeito pela crítica à ordem social, pelo envolvimento coletivo e pela observação de uma sociedade de classes. Apesar das diferenças de abordagem, Althusser chama atenção para um fato complexo, o de que há um entrelaçamento dessas duas linhas filosóficas, já que as duas trazem em si elementos comuns: *“toda filosofia, idealista o materialista, lleva en sí a su adversário”* (Althusser, 2015, p. 59). Ele trata do fato de que tanto o idealismo quanto o materialismo se referem mutuamente, mesmo que com o objetivo de refutarem ou se voltarem contra os argumentos um do outro, e, com isso, carregam em seu pensamento o pensamento oposto.

¹² *Esta filosofía no tiene en el principio nada de religioso, y menos de pasivo o de resignado. Es, por el contrario, una filosofía del trabajo y de la lucha, una filosofía activa, que secunda los esfuerzos prácticos de los hombres; contrariamente al idealismo, que es una filosofía de la teoría, el materialismo es una filosofía de la práctica* (Althusser, 2015, p. 53)

Nesse sentido, uma vez mais podemos observar o funcionamento da ideologia, que age de tal forma a não ser percebida ou reconhecida pelos sujeitos; ao refutar os argumentos opostos, idealismo e materialismo atuam no campo do reconhecimento ideológico, ou seja, por meio do questionamento debatem as ideias, os efeitos ideológicos sobre determinado assunto de acordo com seus princípios filosóficos. No entanto, o mecanismo que os interpela como sujeitos, a própria ideologia, não chega a ser tratada, uma vez que

[...] o reconhecimento de que somos sujeitos e que funcionamos nos rituais práticos da vida quotidiana mais elementar [...] dá-nos apenas a 'consciência' da nossa prática incessante (eterna) do *reconhecimento* ideológico, - a sua consciência, isto é, o seu reconhecimento, - mas de maneira nenhuma nos dá o *conhecimento* (científico) do mecanismo deste reconhecimento (Althusser, 1980, p. 97-98, grifo próprio).

Tendo percorrido as principais ideias de Althusser sobre materialidade e formação social, veremos como os conceitos desenvolvidos pelo autor repercutem nos estudos de Michel Pêcheux e constituem-se como bases filosóficas para a AD.

3.2 Bases da AD Materialista: conceitos fundamentais

O filósofo Michel Pêcheux foi um dos principais articuladores intelectuais da AD na França, entre as décadas de 1960 e 1970, tendo desenvolvido a teoria que inovou os estudos da linguagem à época ao propor a compreensão da relação entre linguagem e ideologia, observando a manifestação e materialização que ocorrem no ponto de contato entre uma e outra – o discurso – a fim de detalhar as implicações sócio-históricas da formação dos sentidos. No livro *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (1988), Pêcheux percorre as bases filosóficas que vão fundamentar o desenvolvimento da AD, colocando em perspectiva os aspectos histórico, social e ideológico da língua, a fim de questionar características até então não observadas pela Linguística e pelo campo das Ciências Sociais, como a historicidade e a opacidade da linguagem, relacionando o funcionamento da língua a elementos de sua exterioridade.

Nas notas preliminares da obra, ao traçar as bases de uma teoria materialista do sentido e lançar luz ao caminho teórico percorrido, Pêcheux (1988) evoca estudos de Adam Schaff, a partir dos quais esse filósofo polonês define a função comunicativa da linguagem, para apontar como é possível, sob o ponto de vista marxista, questionar

as evidências fundadoras da Semântica e, com isso, propor o entrelaçamento da Filosofia e da Linguística para alcançar uma nova forma de pensar a linguagem. Em sua teorização, Pêcheux (1988) discorre sobre as contradições, combinações e subordinações existentes entre as tendências formalista-logicista, histórica e da linguística da fala ou da enunciação, reconstituindo o cenário então vigente no campo da Linguística, para indagar uma questão central: a ligação da língua, enquanto sistema, à “história” e aos “sujeitos falantes” (Pêcheux, 1988, p.22).

Sobre esse tema, diz o autor:

Pensamos que uma referência à História, a propósito das questões da Linguística, só se justifica na perspectiva de uma análise materialista do efeito das relações de classes sobre o que se pode chamar as "práticas linguísticas" inscritas no funcionamento dos aparelhos ideológicos de uma formação econômica e social dada: com essa condição, torna-se possível explicar o que se passa hoje no "estudo da linguagem" e contribuir para transformá-lo, não repetindo as contradições, mas tomando-as como os efeitos derivados da luta de classes hoje em um "país ocidental", sob a dominação da ideologia burguesa (Pêcheux, 1988, p. 24).

No trecho acima, há relação entre os aparelhos ideológicos e o funcionamento das práticas linguísticas, das quais a literatura e os estudos literários fazem parte, como condição para entender e transformar os estudos da linguagem, lançando as sementes que irão fecundar grande parte do desenvolvimento da AD de linha francesa. Tendo sido aluno de Louis Althusser na Escola Normal Superior de Paris, Pêcheux vai embasar seu pensamento na leitura que esse autor propõe sobre a teoria marxista, legado teórico com que identifica e explica os meios de dominação da elite sobre a classe trabalhadora, no caso dos aparelhos ideológicos de Estado, e reflete sobre o papel da ideologia nos processos de formação social.

Aprofundando suas reflexões iniciais sobre a relação linguagem/história, Pêcheux (1988) aborda o trabalho de R. Balibar a respeito de dois processos que marcaram a transformação das relações de classe na França - "a luta antifeudal da burguesia para conquistar e assegurar sua dominação política, e a sua luta antiproletária para conservar essa dominação" (Pêcheux, 1988, p. 24). O primeiro processo, ocorrido à época da Revolução Francesa, visou a uma uniformização política e ideológica da nação, por meio da instituição de uma língua nacional, a fim de promover a livre comunicação linguística necessária à realização das relações de produção capitalistas no país. O segundo processo, por sua vez, consistiu na imposição escolar do francês elementar e a conseqüente criação de uma “divisão desigual no interior da uniformização igualitária” (Pêcheux, 1988, p.24), a qual resultou

na criação de barreiras de classe na linguagem necessárias à reprodução das relações capitalistas.

Pêcheux (1988) aponta o antagonismo entre esses dois processos para identificar o deslocamento histórico ocorrido no campo da luta de classes e seu imbricamento nas funções da linguagem, que passam a ocupar posições opostas de acordo com interesse a ser alcançado: a comunicação, necessária para realizar a produção capitalista; a não comunicação, pela qual se reproduzem as relações de produção capitalista. Nesse momento, o autor introduz outro fundamento crucial a ser desenvolvido pela AD, qual seja, o de se manifestarem sentidos diferentes pelo uso de uma mesma palavra conforme a posição ideológica em que está inserido:

de um e de outro lado 'do fosso linguístico e ideológico que separa, na França, os dois graus escolares, primário e secundário superior', 'vocabulários-sintaxes' e raciocínios' se enfrentem e conduzam, às vezes com as mesmas palavras, a direções diferentes, segundo a natureza dos interesses ideológicos colocados em jogo (Pêcheux, 1988, p. 25).

Em TRAD, é possível observar os efeitos do que aponta Pêcheux. Vejamos a sequência discursiva (SD) 12:

SD 12) E como era diferente o mundo além de Água Negra! Como era diferente a cidade com suas casas grudadas umas às outras, dividindo paredes. As ruas calçadas com pedras. O chão das nossas casas e dos caminhos da fazenda eram de terra. De barro, apenas, que também servia para fazer a comida de nossas bonecas de sabugo, e de onde brotava quase tudo que comíamos. Onde enterrávamos os restos do parto e o umbigo dos nascidos. Onde enterrávamos os restos de nossos corpos. Para onde todos desceriam algum dia. Ninguém escaparia (p. 20).

As palavras “terra” e “barro”, na fala da personagem Bibiana, dão a dimensão das diferentes direções percorridas pelo sentido. Proferidos por uma quilombola, filha de trabalhadores rurais, nascida e criada no campo, esses termos – a partir da posição social de dizer mencionada e identificada em meu gesto de leitura – denotam a importância, o respeito, o pertencimento e o reconhecimento que a personagem mantém com suas raízes, e ainda servem como ponto de diferenciação entre o campo e a cidade, onde a vida é dura como as pedras que calçam as ruas e sufocante como as paredes grudadas. “Terra” e “barro” produzem efeitos de uma ligação íntima e positiva com a personagem, por representarem desde a base de sua casa até a morada final, do lugar onde tudo começa e até o local tudo termina, retratando infância, alimento, vida, reprodução e igualdade. Empregados em outras formações discursivas e/ou outros lugares de enunciação, por outros sujeitos de discurso, os

termos poderiam adquirir significados distintos e representações outras, como propriedade, riqueza e poder, para um latifundiário; direito, perigo e luta para trabalhadores sem-terra.

Fontana (1999) problematiza a noção de lugar de enunciação a partir de uma “reflexão sobre **a divisão social do direito de enunciar e a eficácia** dessa divisão e da linguagem em termos da produção de efeitos de legitimidade, verdade, credibilidade, autoria, circulação, identificação, na sociedade” (p. 16, grifos da autora). Assim, quando tratamos de lugar de enunciação, estamos nos referimos às posições sociais, culturais, históricas e políticas a partir das quais os indivíduos, interpelados ideologicamente em sujeitos, falam e se expressam. Esses lugares não são apenas físicos, mas também simbólicos, sendo influenciados por fatores como classe social, gênero, etnia e ideologia.

3.2.1 Formação discursiva, formação ideológica, esquecimentos nº 1 e nº 2

O conceito de formação discursiva (FD) ocupa posição central na teoria de Michel Pêcheux, pois encadeia a articulação dos principais fundamentos da AD materialista, entre eles, as ideias de discurso, sentido, interdiscurso e ideologia, e nos leva ao encontro de outras noções essenciais do pensamento pecheutiano, como a concepção de formação ideológica (FI) e dos esquecimentos nº 1 e nº 2. Para melhor compreender a definição de formação discursiva e atingir um entendimento sobre seu impacto na produção dos sentidos, devemos antes tecer considerações sobre o que é uma formação ideológica, já que as FD são componentes das FI.

Segundo Pêcheux e Fuchs (1977),

[...] cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem 'individuais' nem 'universais', mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas com as outras (p.166).

Nesse sentido, as FI podem ser entendidas como o conjunto representativo das diferentes posições de classe em dado momento histórico, as quais demonstram a relação de forças (de antagonismo, aliança ou dominação) que grupos sociais mantêm entre si. No campo linguístico, a manifestação das FI se dá pelo meio discursivo, o qual é concebido como "um dos aspectos materiais do que chamamos de

materialidade ideológica" (Pêcheux; Fuchs, 1977, p. 166), sendo o veículo que marca na língua a relação dos diferentes lugares existentes numa determinada sociedade.

Desta forma, chegamos à definição de formação discursiva como sendo

aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) (Pêcheux, 1988, p. 160).

Com isso, podemos pensar em FD não pelas estruturas linguísticas visíveis do que é dito, mas pelos mecanismos subjacentes de poder e ideologia que moldam e limitam as possibilidades de significação do dizer, já que

[...] as palavras, expressões, proposições, etc. mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas [...] nas quais essas posições se inscrevem (Pêcheux, 1988, p. 160).

O exemplo oferecido por Pêcheux e Fuchs (1977) para a compreensão desse complexo conjunto de relações é o da formação ideológica religiosa, no modo de produção feudal, como sendo a forma de ideologia dominante. Segundo os autores, no contexto do feudalismo, através do Aparelho Ideológico de Estado religioso, a ideologia realiza a interpelação dos indivíduos em sujeitos “na forma específica das cerimônias (ofícios, batismos, casamentos e enterros etc...)” (p.167), em cuja realização as formações discursivas intervêm como componentes:

de um lado, a pregação camponesa reproduzida pelo "Baixo-Clero" no interior do campesinato, de outro o sermão do Alto-Clero para os Grandes da nobreza, logo duas formações discursivas, a primeira subordinada a segunda, de modo que se trata, ao mesmo tempo, das mesmas "coisas" (a pobreza, a morte, a submissão etc...) mas sob formas diferentes (ex.: a submissão do povo aos Grandes/a submissão dos Grandes a Deus) e também de "coisas" diferentes (ex.: o trabalho da terra/o destino dos Grandes) (Pêcheux; Fuchs, 1977, p. 167).

Narzetti (2018) explica que as FD possuem um “aspecto regional”, o que lhes permite tratar de diferentes “temas”, e que são atravessadas por uma “tendência de classes”, o que faz com que a abordagem da FD sobre um determinado assunto parta do ponto de vista de uma determinada classe social. Aproximando esses conceitos da história narrada em *Torto Arado*, temos que a formação ideológica capitalista interpela os indivíduos em sujeitos afetando-os por diferentes FD (por exemplo, as que tratam de propriedade, liberdade e direitos trabalhistas), a partir de uma perspectiva que se

origina em classes sociais distintas, com interesses igualmente diversos. Assim, para uma comunidade quilombola como a representada no romance, cada uma dessas FD produz efeitos de sentidos diferentes das FDs ancoradas no pensamento dos latifundiários, já que

a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a FD que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito). Então, um sujeito só pode produzir um discurso quando se identifica com dada FD (Narzetti, 2018, p. 655).

Se é na FD que o indivíduo é interpelado em sujeito, uma vez que assume pelo discurso uma determinada posição ideológica, temos que o conjunto de FD existentes, ou seja, o "todo complexo com dominante", chamado de interdiscurso, é o que possibilita que todas as formações discursivas se materializem a partir daquilo que já foi dito "antes, em outro lugar e independentemente", o que se dá pelo processo de "articulação" dos "pré-construídos" (Pêcheux, 1988, p. 162). No entanto, da mesma forma que a interpelação do indivíduo pela ideologia é imperceptível ao sujeito, também a denotação dos sentidos do que é dito lhe é igualmente imperceptível.

A problemática da relação entre sentido e ideologia, materializada na língua pelas formações discursivas, implica ainda uma outra questão discutida por Pêcheux na teorização da Análise de Discurso Materialista, qual seja, a da ilusão do sujeito quanto à origem do dizer e à transparência da linguagem. Essa ilusão é, na verdade, um duplo esquecimento, que faz com que o sujeito acredite ser a fonte do seu dizer e que exista um único sentido naquilo que diz. O esquecimento nº 1 (Pêcheux; Fuchs, 1977), está relacionado ao funcionamento da ideologia e à afetação das formações discursivas pela exterioridade (o interdiscurso). No entanto, esse processo se apaga aos olhos do sujeito, dando a ele a sensação de ser a origem do que é dito. O esquecimento nº 2 também é apagado aos olhos do sujeito e está relacionado mais propriamente ao momento da enunciação, quando parece haver um único sentido para aquilo o que é dito, dissimulando-se uma transparência da linguagem que na verdade inexistente.

Ao tratarmos de formações discursivas e sujeitos de discurso entramos em contato com mais um aspecto da linguagem que a teoria proposta por Pêcheux buscará compreender – o político – além dos dois já abordados anteriormente, o filosófico e o linguístico, dando início à análise do que chamará de "processo discursivo". Nesse sentido, três bases distintas fundamentarão o estudo e servirão

como elementos científicos embrionários da “Teoria do Discurso”, cujo objetivo principal é pesquisar a relação entre o sistema linguístico e a Semântica: o pensamento de Althusser, que se constitui como elemento essencial dessa teoria; questões dos trabalhos de J. Lacan sobre o materialismo de Freud e as posições antipsicologistas do lógico Frege (Pêcheux, 1988, p. 32).

A definição de processo discursivo trabalhada por Pêcheux também leva a entender o cunho materialista de sua teoria. Ao fundamentar o percurso entre a filosofia da linguagem e a teoria do discurso, Pêcheux aproxima língua e ideologia para abordar uma questão central de sua tese: a de que os processos discursivos não têm caráter individual, como a fala, e nem mesmo ficam limitados a aspectos internos da língua, como os gramaticais. Segundo o autor, a discursividade traz relação com a exterioridade da língua e com aquilo que já foi dito antes, de forma independente, ou “pré-construído” (Pêcheux, 1988, p. 99), e remete não a condutas subjetivas, mas a práticas coletivas, de modo que “todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes” (Pêcheux, 1988, p. 92).

Ao constatar que esses mecanismos são suficientes apenas para definir se determinados enunciados são “realizáveis linguisticamente e suscetíveis de uma interpretação lógica” (Pêcheux, 1988, p. 124), mas não para chegar a uma camada mais profunda do uso da linguagem, ou seja, ao entendimento dos movimentos de sentido das palavras nas condições de produção das práticas sociais, Pêcheux propõe um terceiro elemento de análise, dedicado à abordagem do funcionamento das representações e do pensamento, indo além de verificar a língua como um sistema linguisticamente perfeito, totalmente racional e imune a interferências, mas também atingido pelo inconsciente.

Ao longo das análises propostas nesta pesquisa, as noções trabalhadas por Pêcheux nos permitem identificar a relação de TRAD com a sua exterioridade constitutiva, já que a interlocução entre os conceitos descerra nosso olhar quanto à representação da coletividade ensejada pela história, saindo de uma concepção individualista para uma visão mais abrangente, considerando que as ideias e crenças que orientam uma sociedade (FI) são expressas no espaço da linguagem (FD).

3.2.2 *Discurso, ideologia, sujeito, enunciação e memória*

Ao aprofundar-se nos estudos da linguagem e na busca pela compreensão dos efeitos de sentido, Pêcheux ainda defende o ponto de vista materialista de que o funcionamento da língua é afetado pela reprodução das formações sociais (em última instância determinadas pelo econômico), donde resultam os principais conceitos de sua teoria: discurso, ideologia, sujeito, enunciação e memória.

Tomado como um novo objeto de conhecimento a partir dos estudos pecheutianos, o termo “discurso” passa a ser empregado pela ADM para definir o processo em que são colocados em contato “sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história” (Orlandi, 2020, p. 19), o que significa dizer que esta noção supera o entendimento da língua como um simples meio de comunicação, de transmissão de informações, representado pelos elementos: emissor, receptor, mensagem, referente e código, para alcançar um formato mais abrangente e complexo, permeado por efeitos de representações sócio-históricas simbolizadas pelos interlocutores, as quais afetam diretamente aquilo que é dito. Em outras palavras, discurso é resultado do “efeito de sentidos entre locutores” (Orlandi, 2020, p. 20). Revestidos da significação histórica que constitui lugares sociais, os “locutores”, para a ADM, passam a ser tratados como “sujeitos do discurso” a partir do momento em que são “interpelados” pela “ideologia”; ou seja, afetados por uma estrutura imaginária que os mantém ligados a uma determinada forma de realidade, o que os convoca a ocupar determinadas posições, inconscientes e políticas, no processo discursivo, a partir de suas inscrições sociais.

Pensada a partir de sua relação com a linguagem, e não limitada a sua definição sociológica, a “ideologia” é compreendida pela ADM não como uma visão de mundo, mas como estrutura que estabelece o processo de significação da língua. Seu funcionamento naturaliza os sentidos a ponto de os indivíduos não se perceberem tocados por ela, fazendo-os crer na unicidade e transparência do que falam. A ideologia é como um ponto de contato entre história, língua e inconsciente, responsável por “produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência” (Orlandi, 2020, p. 44). Isso significa dizer que as noções de interpelação, sujeito e discurso adotadas pela ADM são fruto do funcionamento da ideologia e que essas noções existem uma em relação com a outra,

ou seja, a ideologia promove a interpelação de indivíduos em sujeitos e constitui os sentidos do dizer, os discursos.

Os conceitos de “enunciação” e “memória”, da forma como são trabalhados pela ADM, também mantêm raízes nesta concepção de ideologia. Tratada como “acontecimento de linguagem” (Guimarães, 2005, p.14), a enunciação pode ser compreendida como o ato de colocar a língua em funcionamento, seja pela oralidade ou pela escrita. Para tanto, é necessário que um "eu" fale para um "tu" num determinado momento e local. Não se trata de um “eu” e de um “tu” indivíduos, mas lugares enunciativos que permitem dizer algo a uma imagem ou efeito de antecipação de/sobre alguém (outro lugar simbólico).

[...] 'aquele que fala' e 'aquele para quem se fala' não são pessoas, mas uma configuração do agenciamento enunciativo. São lugares constituídos pelos dizeres e não pessoas donas de seu dizer (Guimarães, 2005, p. 23)

Também as condições de produção da enunciação não estão delimitados ao tempo cronológico ou ao espaço físico, mas à historicidade e ao político, de modo que o enunciado é efetivamente tocado por trabalhos de constituição de memoráveis carregado de significados, de enunciações já ditas antes, de outras formas e em outras condições, e que, remetidas ao presente, produzem efeitos de identificação e de reconhecimento do real entre os falantes, uma relação que faz com que a retomada de dizeres seja inconsciente e provoque a sensação de ineditismo, ou melhor, de origem do dizer.

Segundo Guimarães (2005),

Os espaços de enunciação são espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços "habitados" por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer (p. 18).

Com isso, temos que a divisão dos falantes quanto ao que podem e a como podem dizer torna-os desiguais, já que interfere diretamente nas posições de fala (ou seja, na constituição de sujeitos) e nos efeitos de sentido provocados entre elas (propriamente, o discurso). Não obstante, temos que a retomada e a reprodução de dizeres são a base do que se entende por memória discursiva na ADM, fundamento que julgamos relevante elucidar nesta etapa da pesquisa.

Conhecida como interdiscurso, a memória discursiva, segundo Pêcheux (1999),

[...] seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os 'implícitos' (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (p. 52).

Pensando na memória como aquilo que se apresenta sob a forma de retomada e repetição nos enunciados, ou seja, aquilo de recorrente na materialidade discursiva, temos a relação do “já-dito” e da historicidade como fundamental para a produção dos dizeres, de modo que se deve observar o discurso como sendo atravessado e afetado por outros discursos. Assim, a relação intrínseca do discurso com a exterioridade e a anterioridade remete ao funcionamento da ideologia, que por meio da interpelação dos indivíduos em sujeito, influencia os dizeres, mesmo que de forma inconsciente.

Com base nos conceitos até agora apresentados, propomos aprofundar a aproximação dos campos literário e discursivo empregando esses elementos da ADM como dispositivos de leitura e crítica literária. Faremos isso a partir da análise da trajetória da personagem Severo, cuja importância para o desenvolvimento da trama atravessa as três partes da narrativa, enquanto figura que representa um elo entre as protagonistas da história. Severo chega ainda adolescente à Fazenda Água Negra e se apaixona pela prima Bibiana, com quem foge para a cidade a fim de formar sua família e melhorar de vida. A partida do casal coincide com a ruptura temporária de Bibiana e Belonísia – até então inseparáveis, já que a primeira era, literalmente, a voz da segunda após o acidente que lhe ceifou a língua. A separação entre as irmãs começa com um desentendimento provocado por ciúmes e a relação só é retomada na segunda parte da narrativa, quando o casal retorna à Água Negra para assentar morada. Nesse momento, Severo se destaca como uma liderança perante os demais trabalhadores, motivo que o leva à morte. O vínculo entre as irmãs ganha ainda mais força na terceira e última parte do romance, após a morte de Severo, quando Santa Rita Pescadeira leva as irmãs à vingança contra o mandante do assassinato. A apresentação de Severo e de sua participação na história é feita pelas vozes narrativas de TRAD, as quais aparecem em sequência nas três partes do livro: Parte 1 – Fio de Corte – Narradora: Bibiana; Parte 2 – Torto Arado – Narradora: Belonísia; Parte 3 – Rio de Sangue – Narradora: espírito de Santa Rita Pescadeira.

Na parte 1, Severo é predominantemente descrito em suas características físicas e em alguns aspectos de seu comportamento, o que serve, no trabalho de leitura e antecipação imaginária, como início da inscrição da personagem em

determinada posição de sujeito, neste caso, de trabalhador rural. Já nas partes 2 e 3, com o desenvolvimento da trama e da personagem, o lugar de enunciação de Severo e, logo, seu lugar de sujeito, vai sendo explicitado nos processos discursivos. Vejamos as SD 13, 14 e 15 para fins de análise:

SD 13) Era meu primo mais velho, Severo. Era quase um rapaz, crescido, mas igualmente tímido como os irmãos (Vieira Junior, 2021, p. 42 e 43)

SD 14) Severo era querido por todos, meu pai gostava de vê-lo nos atabaques do jarê e se orgulhava de seu interesse pela crença (Vieira Junior, 2021, p. 71).

SD 15) Meu primo já era um homem, forte, trabalhava de sol a sol, não tinha mais o corpo de menino de quando havia chegado. Tinha uma estatura mediana, um sorriso largo, falava de forma desinibida, como se conversássemos desde sempre (Vieira Junior, 2021, p. 71).

Chama atenção, em SD 13, SD 14 e SD 15, que integram a apresentação de Severo feita por Bibiana na parte inicial de TRAD, a preponderância do uso de adjetivos, como “mais velho”, “rapaz”, “crescido”, “tímido” e “querido”, que funcionam atribuindo valores positivos nas condições em que são empregados e encadeiam sentidos como responsabilidade, seriedade, respeito, compondo uma imagem favorável de Severo. Antecedendo o emprego dos adjetivos “homem” e “forte”, eles formam a base de uma gradação que constrói a trajetória de crescimento de Severo e sua passagem para a vida adulta, marcada pelo trabalho exigente (“de sol a sol”), mas também pela felicidade (“sorriso largo”). A extensão de significância desencadeada entre os termos destacados nos convida a pensar no funcionamento da ideologia, tal como defendido por Pêcheux, enquanto instância de domínio que se materializa na língua pela reprodução das relações de produção, e na consequente mudança promovida no campo da análise: parte-se da base linguística, em que estão presentes os adjetivos, para o plano o discursivo, onde os sentidos são mobilizados. Por exemplo: as noções de “homem”, “força” e “trabalho”, apresentadas nesta ordem em SD 15, mobilizam uma relação do que é ser homem e forte a tarefas árduas, pesadas, simbolizadas pela expressão “de sol a sol”, que dá a dimensão de um ato contínuo e cansativo, mas também da dedicação do trabalhador, fazendo emergir a noção discursiva do trabalho enquanto edificador do homem. Aqui podemos notar o funcionamento da memória discursiva, ou seja, a retomada de saberes anteriores e exteriores ao texto, os pré-construídos, para constituir um novo enunciado a partir de uma mesma base ideológica.

Prosseguindo na análise, observemos as SD 16 e 17:

SD 16) [...] Severo diz de uma forma que o povo fica atento, indo de casa em casa, da escola aos caminhos para a roça. Depois o povo fica se perguntando, conversando entre si, e vão recuperando as histórias das famílias antes da chegada. Eu tentava me concentrar depois, para aprender sobre o que Severo contava. Que chegou um branco colonizador e recebeu a dádiva do reino. Chegou outro homem branco com nome e sobrenome e foram dividindo tudo entre eles (Vieira Junior, 2021, p. 176).

SD 17) Meu pai não falou o nome de Severo, mas sabia que ele andava de conversa com o povo da fazenda contando história de sindicato, de direitos, de lei. Estava levando essas conversas para os campos de trabalho (Vieira Junior, 2021, p. 186).

Narradas por Belonísia, na segunda parte do livro, as SD 16 e 17 trazem uma mudança significativa na base descritiva de Severo, que passa do uso de adjetivos, visto nas SD 13, 14 e 15 para o emprego de formas verbais, de modo que a personagem começa a ser qualificada em decorrência de suas ações e não mais em suas características físicas. A partir de então, é possível observar como se dá a inscrição da personagem como sujeito de discurso, já que Severo é colocado em posição de liderança em relação aos demais trabalhadores, capaz de se opor e resistir a outras posições sujeito de liderança na narrativa, como se observa na SD 18:

SD 18) Indomável, Severo caminhou por estradas, levantou sua voz em discursos, enfrentou os novos donos e o chefe dos trabalhadores (Vieira Junior, 2021, p.196).

Lembramos que, segundo Pêcheux, o processo de assujeitamento do indivíduo ocorre de maneira inconsciente, em virtude da interpelação ideológica e dentro de um determinado discurso. Assim, é o próprio pensamento de Severo, formulado em palavras, que o coloca como um sujeito que “diz” algo e de determinada “forma” que desperta a atenção, o interesse e o senso crítico do “povo da fazenda”.

Em continuidade à análise, observemos mais duas sequências discursivas presentes na segunda parte de TRAD, de modo a atingirmos o conceito de enunciação:

SD 19) ‘Queremos ser donos de nosso próprio trabalho, queremos decidir sobre o que plantar e colher além de nossos quintais. Queremos cuidar da terra onde nascemos, da terra que cresceu com o trabalho de nossas famílias’, completou Severo (Vieira Junior, 2021, p. 187).

SD 20) Severo colheu assinatura para fundar uma associação de trabalhadores. Disse que precisávamos nos organizar ou, de contrário, acabaríamos sendo expulsos (Vieira Junior, 2021, p. 198).

A primeira observação a fazer é que Severo assume a fala em SD 19, diferentemente das demais SD, em que é referenciado por outras personagens, e dá voz a um efeito de vontade coletiva, o que fica marcado pelo uso de locuções verbais iniciadas com a primeira pessoa do plural - “queremos” – e sucedidas pelo uso do infinito – “ser”, “decidir”, “cuidar”, dando o sentido de voz ao conjunto de trabalhadores da Fazenda Água Negra. A segunda observação, em SD 20, é que Severo é novamente referenciado por outra personagem, no caso, Bibiana, mas sua fala ainda reverbera coletivamente – “disse que precisávamos” – pois continua atingindo o todo do grupo. Retomando Guimarães (2005), temos que “enunciar é estar na língua em funcionamento” (p. 22) e que a concretização deste ato não está centrada no sujeito, mas nos espaços de enunciação que possibilitam os dizeres. Assim, ao observar as SD 19 e 20, temos que as falas de Severo passam a funcionar discursivamente como enunciados ao serem ditas de um lugar de liderança, que representa outras vozes e influencia outros dizeres ao mesmo tempo em que retoma já-ditos, como os discursos de luta pelo direito à terra, que possibilitam enunciar a partir dessa posição. Mais que isso, esse efeito atinge os demais personagens, de forma que Severo não precisa necessariamente tomar a fala para se significar como liderança, sendo ele, assim também, posto nesta posição pelos outros locutores. Ou seja, aparentemente o mesmo enunciador (nós) comparece em locutores diferentes.

Para concluir esta etapa da análise, proponho a leitura de mais duas sequências discursivas, extraídas da terceira parte de TRAD, narrada por Santa Rita Pescadeira, a fim de observar o funcionamento da morte de Severo e as implicações do campo linguístico para a composição da personagem em sua dimensão discursiva:

SD 21) Tudo foi se tingindo de vermelho e segui o rastro do rio de sangue que corria, não se sabia de onde. A fonte do rio era Severo, o senhor que mobilizava os trabalhadores de Água Negra, caído na terra com oito furos feitos a bala (Vieira Junior, 2021, p. 206).

SD 22) Severo morreu porque pelejava pela terra de seu povo. Lutava pelo livramento da gente que passou a vida cativa. Queria apenas que reconhecessem o direito das famílias que estavam há muito tempo naquele lugar, onde seus filhos e netos haviam nascido (Vieira Junior, 2021, p. 207).

Se as ações de Severo o inscreveram como sujeito numa posição de líder e representante dos trabalhadores de Água Negra, conforme explicitado na análise das SD 16 e seguintes, é justamente o fim de seus atos, simbolizado pela ruptura da morte, que projetam a personagem a uma posição discursiva ainda mais relevante, a de “senhor” perante os demais trabalhadores, na SD 21. O processo de construção desse

sentido se dá simultaneamente nos níveis linguístico e discursivo. No campo linguístico, os elementos utilizados para anunciar a morte de Severo criam uma relação hiperbólica de proporcionalidade entre a sua importância e a tragédia de seu assassinato: não um, mas “oito” tiros abriram o “rio” por onde escorreu a vida de Severo tingindo “tudo” de sangue; no campo discursivo, esses mesmos elementos retomam memórias sobre os movimentos de luta por direitos no campo, como a execução por arma de fogo de suas lideranças. Essas memórias são corroboradas na SD 22 com a apresentação das “razões” para o assassinato de Severo: “morreu porque pelejava” e “lutava”, ou seja, por sua postura combativa, e estendidas a outra formação discursiva, a de um passado escravagista cujas sequelas estão presentes ainda hoje na sociedade brasileira. Mais do que a luta pelo direito à terra, a batalha de Severo tratava da busca pela emancipação daqueles trabalhadores, pelo “livramento da gente que passou a vida cativa”.

Finalmente, é importante considerar para fins de análise que a disposição das SD segue a mesma ordem em que aparecem na história, ou seja, mantêm a sequência narrativa de composição da personagem. Isso nos leva a perceber que a constituição de Severo enquanto sujeito também resulta de um processo de crescimento, desenvolvimento e maturidade da personagem condizente com sua passagem da infância para a vida adulta, da ingenuidade ao senso crítico, da ignorância ao conhecimento, da luta por direitos à morte.

4. TORTO ARADO: O SILÊNCIO COMO CHAVE DE LEITURA

Nunca lhe aconteceu, ao ler um livro, interromper com frequência a leitura, não por desinteresse, mas, ao contrário, por afluxo de ideias, excitações, associações? Numa palavra, nunca lhe aconteceu ler levantando a cabeça? (Barthes, 2004, p. 26).

A indagação do semiólogo francês Roland Barthes, que abre o ensaio “Escrever a leitura”, foi-me um importante ponto de reflexão para pensar sobre a proposta deste capítulo, que busca apresentar as análises que me permitiram propor o silêncio (Orlandi, 2007) como chave de leitura para *Torto Arado* (Vieira Junior, 2021). Desde antes do ingresso no mestrado, mas já no percurso que me levaria até a pós-graduação em estudos literários, levantei a cabeça muitas vezes nas inúmeras leituras que compuseram esse trajeto, fosse buscando entendimentos, articulando questões ou mirando horizontes até então desconhecidos. O resultado desse processo diz respeito à forma encontrada para adentrar no romance e alcançar um entendimento crítico e amplificado da obra, a partir da análise dos efeitos de sentido promovidos na espessura da narrativa.

Fruto dos vários momentos em que suspendi o queixo e abri os olhos buscando compreensão, esta chave de leitura apresenta-se como uma dentre tantas outras possibilidades de contanto com o universo diegético de TRAD, o que me deixa à vontade frente à evidência do múltiplo, do diverso e do possível, consciente de que

Abrir o texto, propor o sistema de sua leitura, não é apenas pedir e mostrar que podemos interpretá-lo livremente; é principalmente, e muito mais radicalmente, levar a reconhecer que não há verdade objetiva ou subjetiva da leitura, mas apenas verdade lúdica; e, ainda mais, o jogo não deve ser entendido como uma distração, mas como um trabalho - do qual, entretanto, se houvesse evaporado qualquer padecimento: ler é fazer o nosso corpo trabalhar (sabe-se desde a psicanálise que o corpo excede em muito nossa memória e nossa consciência) ao apelo dos signos do texto, de todas as linguagens que o atravessam e que formam como que a profundidade achamlotada das frases (Barthes, 2004, p. 29).

Neste sentido, gostaria de ressaltar que minha pesquisa não intenta cerrar outras portas e passagens de acesso a TRAD; ao contrário, ela se pretende uma alternativa de encontro com a obra, resultado do meu próprio gesto de leitura, constituído a partir do domínio discursivo e fundamentado na observação das personagens centrais do romance enquanto sujeitos de discurso, cuja caracterização

é principalmente manifestada em atitudes e posicionamentos que guardam marcas (memórias) do processo sócio-histórico e ideológico que os atravessa. Fosse letra poética, equivaleria a dizer:

Caminhos não há
Mas os pés na grama os inventarão (Gullar, 2017, p. 38).

Assim, dedicarei este capítulo ao desenvolvimento de abordagens analíticas sobre acontecimentos de relevância para o desenvolvimento da história de TRAD, ocorridos em circunstâncias que marcam o modo de ser e estar no mundo de Bibiana, Belonísia, Santa Rita Pescadeira, Severo, Zeca Chapéu Grande e Salustiana, e revelam sinais da relação da obra literária com a sua exterioridade, considerando que:

é impossível analisar um discurso como um texto, isto é, como uma sequência linguística fechada sobre si mesma, mas é necessário referi-la ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção (Pêcheux, 1969, p. 79, grifos do autor).

Ao escolher analisar as personagens de TRAD para atingir o nível discursivo da trama, parto do entendimento de que, num romance, são elas quem emprestam vida à história, fato que provém da “impressão indissolúvel” de que fala Candido (2009):

[...] quando pensamos no enredo, pensamos simultaneamente nas personagens; quando pensamos nestas, pensamos simultaneamente na vida que vivem, nos problemas em que se enredam, na linha do seu destino - traçada conforme uma certa duração temporal, referida a determinadas condições de ambiente. [...] A personagem vive o enredo e as ideias, e os torna vivos (p .51).

Além de trazerem efeitos de vida à narrativa, as personagens conferem efeitos de veracidade à história narrada, sendo responsáveis por nos fazerem acreditar na real existência do universo ficcional para além do texto em si, questão que se coloca como fundamental para a transmissão de possíveis significações de “verdade” pela criação literária:

[...] o problema da verossimilhança no romance depende desta possibilidade de um ser fictício, isto é, algo que, sendo uma criação da fantasia, comunica a impressão da mais lídima verdade existencial. Podemos dizer, portanto, que o romance se baseia, antes de mais nada, num certo tipo de relação entre o ser vivo e o ser fictício, manifestada através da personagem, que é a concretização deste (Candido, 2009, p .52).

Ao recorrermos a Candido para conceituar o papel das personagens do romance, faz-se necessário ressaltar que manteremos em nossas análises a visão

de ideologia e a perspectiva social empregadas pela ADM para notar as implicações da exterioridade na obra literária e, a partir delas, analisar os efeitos de sentido promovidos pela narrativa. A ressalva é importante porque esta noção se diferencia da abordagem proposta por Candido no desenvolvimento de seu processo de crítica literária.

Enquanto para a ADM é imprescindível considerar o caráter constitutivo da ideologia, ou seja, seu papel essencial porque parte formadora das práticas sociais, entre elas a literatura, para Candido (2006), os aspectos externos (ideológicos e sociais) devem ser considerados “não como causa, nem como significado, mas como elemento que desempenha um certo papel na constituição da estrutura, tornando-se, portanto, interno”(p. 13)”, de modo que a obra literária seja analisada em níveis estéticos e formais.

Nesse sentido, esclarecemos que nossa proposta de análise literária via ADM não passa por avaliar o caráter estético de TRAD, mas, a partir de um gesto de leitura de filiação materialista, observar o funcionamento de sentidos movimentados pelo romance.

Para melhor organização das análises, o capítulo está subdividido em duas seções: a primeira, destinada a considerar a implicação dos efeitos de resistência em relação com o silêncio para a constituição de sujeitos discursivos; a segunda, busca esclarecer ligações entre o silêncio e a construção do processo histórico brasileiro, demonstradas por efeitos de memória no campo dos conflitos pela posse de terra no país.

4.1 Silêncio e resistência: marcas da constituição do sujeito discursivo

A noção de resistência para a Análise de Discurso Materialista gira em torno das discussões sobre as posições ocupadas pelos sujeitos discursivos em suas relações com o simbólico (linguagem). Os estudos desenvolvidos por Pêcheux (1988) e De Nardi; Nascimento (2016) sugerem, a meu ver, que esse conceito pode ser melhor compreendido se observarmos duas direções distintas: resistir é não se submeter a, é estar em movimento de oposição, objeção e ruptura em relação a formações discursivas dominantes; resistir é permanecer no discurso e reproduzi-lo de modo a alcançar a transformação dos sentidos do que é dito.

Conforme já estudado, o indivíduo é convocado a ser sujeito quando, interpelado pela ideologia e pelo inconsciente, assume determinado lugar num processo discursivo, o que resulta, entre outras questões, das ilusões necessárias da origem do dizer e da transparência da linguagem, tratadas por Pêcheux como esquecimentos nº 1 e nº 2.

O movimento de tomada de posição pelo sujeito, no entanto, não ocorre de forma homogênea e organizada, sendo atravessado por um ritual ideológico marcado por falhas e contradições, o que abre a possibilidade de transformação dos sentidos frente ao objeto do dizer. Pêcheux (1988) aborda a questão da resistência em associação à ideia de revolta, pensamento calcado no âmbito da luta de classes proposto por Althusser, e argumenta que essas noções são

[...] formas de aparição fugidias de alguma coisa "de uma outra ordem", vitórias ínfimas que, no tempo de um relâmpago, colocam em xeque a ideologia dominante tirando partido de seu desequilíbrio (p. 301).

Aproximando a ideia pecheutiana dos estudos discursivos sobre o funcionamento do silêncio, Orlandi (2007) aponta para o acontecimento de mudanças e deslocamentos de sentidos da materialidade significativa quando da relação do dito com as formas do silêncio, notadamente a da censura, e sugere que o próprio ato da reprodução discursiva em determinadas circunstâncias é suficientemente transformador:

[...] na reprodução já há deslocamento, já há a não-reprodução: os sentidos reproduzidos em condições "particulares", como a da censura, podem ser carregados de outros sentidos, de transformações, de outros sentidos possíveis mas não ditos (Orlandi, 2007, p. 112).

Em outras palavras, podemos dizer que ao sujeito tanto é possível resistir ao/romper com o discurso dominante e se inscrever em uma formação discursiva distinta da que lhe é atribuída inicialmente quanto permanecer (resistir) no discurso e promover os deslizamentos necessários para a transformação dos sentidos, como observam De Nardi; Nascimento (2016):

O sujeito do discurso [...] não é apenas assujeitado a reproduzir as relações de produção dominante na luta de classes, mas pode transformá-las e também resistir ao discurso dominante, movimentos que provocam deslizamentos e até mesmo rupturas com a formação discursiva na qual se insere (De Nardi; Nascimento, 2016, p. 82).

Percebemos, em TRAD múltiplas configurações do acontecimento da resistência, alinhadas ao funcionamento discursivo de diferentes formas de silêncio, a

começar pela própria representação da obra enquanto instrumento de ruptura com o discurso dominante, o qual determina, no Brasil, lugares de opressão e silenciamento à população negra, principalmente se considerados os recortes de gênero e classe social. Ao promover o protagonismo de mulheres negras e a abordagem contracolonial¹³ da realidade de miséria e exploração vivida pelos trabalhadores rurais descendentes de escravizados, ao mesmo tempo em que enfatiza a beleza, a seriedade e a importância social de práticas religiosas de matriz africana, como o jarê, a obra promove deslocamentos profundos, que abalam pilares de crenças histórico-ideologicamente construídas, tornando-se símbolo de resistência a discursos que datam dos primórdios do “descobrimento” do país e atravessam séculos tentando invalidar a convocação de indivíduos em sujeitos enunciadore de suas próprias vozes.

Considerando os princípios que fundamentam os estudos promovidos por Orlandi (2007) no campo da censura, temos que a imposição do silêncio não ocorre apenas ao calar o interlocutor, mas também ao “impedi-lo de sustentar outro discurso” (p. 102), e é nesse sentido que TRAD se apresenta como uma obra de resistência, pois possibilita a fala a sujeitos historicamente silenciados, a partir de lugares de enunciação que não são os permitidos pelo Estado, indo para além destes. Assim, o romance faz com que sujeitos falem em posições outras que não aquelas já permitidas e atualizadas pelos AIE, colocando em circulação discursos contrários ao dominante, ecoando vozes que problematizam e provocam reflexões sobre a luta pelo direito à terra, pelo respeito aos trabalhadores, pela segurança e dignidade das mulheres, pela liberdade de crença e culto. De um lado, não se sai do assujeitamento simbólico por completo; mas também se maneja para que não haja somente a reprodução dele.

O acontecimento desses discursos contrários ao dominante e sua repercussão como formas de resistência ocorrem justamente nas experiências vividas pelas personagens de TRAD, as quais, deve-se ressaltar, são representativas não de um único sujeito, mas deste enquanto identificado a uma classe e a outros sujeitos desta.

A nosso ver, essa movimentação mantém relação muito próxima com o funcionamento do silêncio. A trajetória da personagem Severo, por exemplo, analisada

¹³ O termo contracolonial foi cunhado por Antonio Bispo dos Santos, mais conhecido como Nêgo Bispo, autor do livro *Colonização, quilombos: modos e significações* (SANTOS, 2015), e se relaciona às lutas dos povos indígenas e quilombolas contra as práticas colonialistas e em defesa dos territórios tradicionais, símbolos, significações e modos de vida dessas populações.

anteriormente sob outros aspectos discursivos, nos leva a um novo entendimento dos sentidos mobilizados por sua morte: o funcionamento do silêncio local (Orlandi, 2007) e a materialização da censura. Por esse prisma, seu assassinato pode ser compreendido como símbolo da interdição do discurso crítico pelo direito à terra que ele, enquanto sujeito, fez prosperar juntamente aos demais trabalhadores de Água Negra. Isso fica marcado tanto pelos motivos que levaram a sua morte, já anotados na análise da SD 22, quanto pelos desdobramentos na narrativa após o atentado. Por um lado, temos o “silêncio” imposto a Severo, que o “asfixia” enquanto sujeito; por outro, temos que esse silenciamento movimenta os sentidos do discurso de modo a fortalecer seus dizeres e reverberar em forma de resistência, na relação com uma coletividade enquanto classe, a partir da inscrição de Bibiana como sujeito discursivo. Vejamos na próxima sequência discursiva (SD):

SD 23) Querem desonrar Severo, porque desonrando seu nome enfraquecem nossa luta. Querem proteger os poderosos. Querem nos calar, nos retirar daqui a qualquer custo. Querem nos dobrar, mas não vergaremos (Vieira Junior, 2021, p. 221).

A fala de Bibiana ocorre durante uma reunião com os trabalhadores de Água Negra após a polícia afirmar que a morte de Severo se deu em decorrência de uma disputa pelo tráfico de drogas, e não em virtude de um atentado por seus posicionamentos na fazenda. Ao expor a tentativa de desmoralização do marido (“Querem desonrar Severo”) para enfraquecer o movimento pelo direito à terra (“nossa luta”), Bibiana assume o lugar de enunciação de resistência da posição de sujeito trabalhador (“mas não vergaremos”), denuncia a tentativa de silenciamento (“Querem nos calar”) e convoca outros trabalhadores da mesma posição sujeito a resistirem ao discurso de dominação. Outros dois aspectos também nos convidam a pensar no funcionamento da censura: o uso reiterado do sujeito indeterminado (“Querem”), que por seu efeito de generalização impede a especificação de quem realiza o ato, dando a dimensão de uma força maior, como a ideológica, que age para conter aquele núcleo; a tentativa de desmoralização de Severo, que cumpre o efeito de desmoralizar também as lutas representadas por ele, de modo a interromper a mobilização dos moradores da fazenda.

Segundo Orlandi (2007),

Pensada através da noção de silêncio, [...] a própria noção de censura se alarga para compreender qualquer processo de silenciamento que limite o sujeito no percurso de sentidos. Mas mostra ao mesmo tempo a força

corrosiva do silêncio que faz significar em outros lugares o que não "vinga" em um lugar determinado. O sentido não pára; ele muda de caminho (p. 13).

Considerando os apontamentos de Orlandi (2007) quanto às mudanças de caminho percorridas pelos sentidos em razão da censura, temos que nem mesmo a morte de Severo, concretização violenta do silêncio local, mostra-se capaz de calar funcionamentos discursivos pela emancipação dos trabalhadores de Água Negra; ao contrário, a censura fá-lo ressoar (resistir), agora, pela voz de Bibiana, mas na mesma direção, qual seja, a de alcançar os justos direitos daquela comunidade, como se pode observar nas próximas sequências discursivas:

SD 24) Mas não vamos desistir. Essa semente que Severo plantou por nossa liberdade e por nossos direitos não irá morrer. Foi um que se foi. Meu companheiro e pai de meus filhos. Mas somos muitos ainda nesta fazenda. Foi embora um fruto, mas a árvore ficou. E suas raízes são muito fundas para tentarem arrancar (Vieira Junior, 2021, p. 221).

SD 25) Logo outras vozes, que nunca se manifestavam na presença de Salomão, foram se somando ao discurso de Bibiana (Vieira Junior, 2021, p. 221).

Para além da censura, acredito que o silêncio, na perspectiva defendida por Orlandi (2007) e sob as demais formas como a autora o identifica, seja considerado em relação à resistência discursiva promovida por TRAD por uma série de ligações que a obra mantém com esta instância significativa, a começar pela perda da língua de Belonísia na infância, fato que no decorrer da história gera efeitos de representação metafórica da dilaceração simbólica que atravessa os corpos dos vulneráveis e afeta-os na tentativa de silenciá-los. Vejamos as sequências discursivas 26 e 27:

SD 26) Somente uma das filhas teria a fala e deglutição prejudicada. Mas o silêncio passaria a ser nosso mais proeminente estado a partir desse evento (Vieira Junior, 2021, p. 19).

SD 27) Durante sua vida, desde o silêncio, você sentiu falta de poder cantar. Ainda muito pequena, nas noites de jarê, sentava na sala de casa, no colo de sua avó ou de sua mãe, e cantava o ponto de Santa Bárbara e do Velho Nagô. Ainda muito cedo seu canto se desfez. E você não conseguiu fazê-lo ecoar nem mesmo dentro de si. Quando pôde compreender o que lhe aconteceu, se perguntou: Por que sempre queremos as coisas que parecem estar mais distantes de nós? (Vieira Junior, 2021, p. 245).

A SD 26 compõe a primeira parte do romance, narrada por Bibiana, e a SD 27, a terceira parte, narrada por Santa Rita Pescadeira. Percebe-se, nas referidas sequências, que as duas vozes narrativas relacionam, a princípio, o silêncio (representado pela perda da língua) de Belonísia à individualidade da personagem, seja pelo uso do advérbio "somente", no sentido de exclusividade ("Somente uma das

filhas teria a fala [...] prejudicada”) ou pelo uso do pronome pessoal “você” (“[...] você sentiu falta de poder cantar”) e do pronome possessivo “seu” na forma singular (“[...] seu canto se desfez”), enfatizando os sentidos de individualização e particularidade. Em seguida, o silêncio é associado a uma noção de coletividade, o que fica marcado no texto pela passagem ao uso de formas plurais, como demonstram o pronome possessivo “nosso” (“Mas o silêncio passaria a ser nosso mais proeminente estado a partir desse evento”) e o verbo querer na segunda pessoa do plural (“Por que sempre queremos as coisas [...]). Assim, o efeito de sentido percebido nessas SD é de que o “silêncio” não é apenas de Belonísia, mas também daqueles que ocupam a mesma posição sujeito que ela e se cabem incluídos na coletividade representada pelo plural.

No que diz respeito à relação do silêncio com a resistência discursiva, observemos as sequências discursivas 28 e 29:

SD 28) [...] eu já me sentia diferente, não tinha medo de homem, era neta de Donana e filha de Salu, que fizeram homens dobrar a língua para se dirigirem a elas (Vieira Junior, 2021, p. 121).

SD 29) Ouvi gritar de casa que eu era burra. Que não falava. Que era aleijada da língua. Engoli cada insulto que ouvia de sua boca. Dava um golpe mais forte fazendo desprender da terra grandes torrões. Que se atrevesse a vir me agredir que faria o mesmo com sua carne: a faria soltar da face com um golpe apenas. Antes que qualquer homem resolvesse me bater, arrancaria as mãos ou cabeça, que não duvidassem de minha zanga (Vieira Junior, 2021, p. 121).

Mantida a ordem em que aparecem no romance, as SD 28 e 29 fazem parte de um momento da história que marca a ascensão de um posicionamento firme e consciente por parte de Belonísia e também a escalada da agressividade de Tobias contra a mulher.

Na SD 28, a resistência começa a ser formulada quando Belonísia expressa “já” se sentir diferente, advérbio de tempo que indica uma ação completada, neste caso, uma mudança de comportamento que permite à personagem não ter “medo de homem”, pois se reconhece parte de uma linhagem de mulheres destemidas – a mãe, Salu e a avó, Donana -, cujo respeito também é fruto de suas próprias ações, conquistado quando “fizeram” homens dobrarem a língua para se dirigirem a elas. Na SD 29, a crescente violência de Tobias é marcada o movimento enunciativo mantém uma crescente resistência ao discurso dominante que encoraja homens a agredirem mulheres, demonstrando a força que emana de Belonísia: contra a violência de Tobias ou de qualquer outro homem, há uma mulher preparada a se defender prontamente. Para cada possibilidade de ameaça, marcadas no texto pelo uso do pretérito

imperfeito do subjuntivo (“atrevesse [...] me agredir”, “resolvesse me bater”), uma atitude assertiva de devolução: “faria o mesmo com sua carne”, “a faria soltar da face com um golpe apenas”, “arrancaria as mãos ou cabeça”.

Sob o ponto de vista da enunciação, se tomarmos o impedimento de fala provocado em Belonísia pelo corte de sua língua, observamos que a voz que lhe falta fisicamente ecoa como resistência nas posições assumidas por ela enquanto sujeito discursivo, as quais vocalizam uma insubmissão ante às formas simbólicas ou materiais de violência, materializadas no texto pelos xingamentos (“burra”, “aleijada da fala”) e ameaças representadas por Tobias (“Que se acesse a vir me agredir”).

Dessa forma, em que pese Belonísia ter perdido a língua e que, por isso, não consiga materializar sua fala, sua resistência como sujeito discursivo se contrapõe ao silêncio que lhe acomete, e ocorre ao mesmo tempo em que ela ocupa um espaço de enunciação, um local onde

Os falantes não são os indivíduos, as pessoas que falam esta ou aquela língua. [...] não são as pessoas na atividade físico-fisiológica, ou psíquica, de falar. São sujeitos da língua enquanto constituídos por este espaço de línguas e falantes [...] (Guimarães, 2005, p. 18).

Até que chegue a esse espaço de enunciação e resistência, a trajetória discursiva de Belonísia passa por outros pontos importantes que afetam sua inscrição como sujeito e que, a meu ver, guardam uma ligação profunda com o silêncio que lhe é “imposto” pela perda da língua na infância. A relação da personagem com a irmã, Bibiana, que sofre uma grande transformação com a partida desta para a cidade em matrimônio com Severo, demonstra essa ligação. Logo após o acidente com a faca de Donana, o vínculo entre as meninas se estreita de tal forma que Bibiana passa a ser a voz que falta a Belonísia, tamanha a conexão estabelecida entre elas. Ao pensar em sua saída de Água Negra, Bibiana lamenta:

Dentre as coisas que levava, e talvez a que mais me machucava, era a minha língua. Era a língua ferida que havia expressado em sons durante os últimos anos as palavras que Belonísia evitava dizer por vergonha dos ruídos estranhos que haviam substituído sua voz. Era a língua que a havia retirado de certa forma do mutismo que se impôs com o medo da rejeição e da zombaria das outras crianças. E que por inúmeras vezes a havia libertado da prisão que pode ser o silêncio (Vieira Junior, 2021, p. 87).

Se na infância Belonísia dependia de Bibiana para se expressar, na vida adulta a personagem assume sua própria enunciação e faz da falta da língua o lugar onde deposita sua resistência. Seguindo os pressupostos de Orlandi (2007), penso que

esse local de “não fala” funciona semanticamente em TRAD nos mesmos moldes do silêncio fundador, o qual é entendido pela autora não como “a ausência de sons ou de palavras”, mas como o “princípio de toda significação”, “a própria condição da produção de sentido” (Orlandi, 2007, p. 68). Para aprofundamento desta análise, proponho a retomada da SD 29:

SD 29) Ouvi gritar de casa que eu era burra. Que não falava. Que era aleijada da língua (Vieira Junior, 2021, p. 121).

Os xingamentos de Tobias contra Belonísia, proferidos em sequência, formam uma espécie de gradação negativa que associa o fato de a personagem não falar a um constructo depreciativo, enfatizado por palavras carregadas de sentidos humilhantes e afrontosos (“burra” e “aleijada”) que derivam de formações discursivas em que se associa deficiência a defeito físico, com implicações intelectuais, entre as quais podemos citar o discurso médico, quando trata a deficiência como anomalia do corpo a ser curada, a ser corrigida; o discurso religioso, ao pregar a deficiência como castigo divino ou teste de provação espiritual; o discurso tecnocrata, que trata o corpo como uma máquina e suas partes como peças, de modo que quando uma delas não “funciona” como o esperado, o todo é prejudicado e comprometido em sua produtividade; o discurso jurídico, em contextos que associa a deficiência à incapacidade legal ou falta de aptidão.

No entanto, é justamente sobre a base que sustenta as agressões verbais de Tobias (a falta da língua) que Belonísia ergue seu espaço de fortaleza e inicia um tempo de reação:

SD 29) Engoli cada insulto que ouvia de sua boca. Dava um golpe mais forte fazendo desprender da terra grandes torrões (Vieira Junior, 2021, p. 121).

Ao golpear a terra, arrancando-lhe pedaços, a personagem parece entrar em um movimento análogo às rotações de um arado, instrumento que mastiga o solo para oxigená-lo e transforma rudeza em área de semeadura. Assim, cada insulto engolido por Belonísia serve como semente que, plantada no chão de sua boca mutilada, onde habita um silêncio fundamental, transforma-se em condição fundadora da produção de novos sentidos, fazendo brotar uma resistência que transborda coragem e a inscreve como sujeito de sua própria enunciação:

SD 29) Que se atrevesse a vir me agredir que faria o mesmo com sua carne: a faria soltar da face com um golpe apenas. Antes que qualquer homem

resolvesse me bater, arrancaria as mãos ou cabeça, que não duvidassem de minha zanga (Vieira Junior, 2021, p. 121).

Outra personagem que se constitui enquanto sujeito discursivo por meio da resistência é o espírito de Santa Rita Pescadeira, encantada que atravessa a história de TRAD e se apresenta na terceira e última parte do livro da mesma forma como percorreu os séculos de escravidão no Brasil até chegar à atualidade da obra: montando seus cavalos do jarê. Um dos últimos foi o corpo de Dona Miúda, antiga moradora de Água Negra que muitas vezes participou das noites de festa no terreiro do curador Zeca Chapéu Grande. Santa Rita Pescadeira acompanhou, durante sua longa existência, cada período de dor e sofrimento vivido por seu povo, dos açoites da chibata ao feitiço dos diamantes, ambos fatais quando dirigidos contra pessoas negras. Acumular saberes de tudo quanto ocorreu a sua gente lhe permitiu uma visão ampliada não apenas dos acontecimentos, mas também da degradação humana e ambiental que faz rodar o motor da ganância há centenas de anos.

Além disso, quando a encantada assume a voz narrativa do romance, rompe o silêncio da própria trama quanto a situações até então não esclarecidas, como a história por trás da faca que arrancou a língua de Belonísia, e promove movimentos essenciais para o desfecho do enredo, conforme as sequências discursivas 30 a 35:

SD 30) Donana roubou a faca do coldre esquecido no alpendre da casa sede da Fazenda Caxangá no começo da tarde (Vieira Junior, 2021, p. 236).

SD 31) Parecia ser de prata. Devia valer um bom dinheiro. Foi quando se lembrou dos filhos que precisavam de calçados e roupas novas, porque não havia mais como cerzir os trapos esgarçados (Vieira Junior, 2021, p. 236).

SD 32) Quando a faca serviu ao derradeiro fim em suas mãos, ao fim que nunca havia considerado, Donana se viu enredada numa trama de vida e morte para o resto de seus dias (Vieira Junior, 2021, p. 238 e 239).

SD 33) Seu homem batia, maltratava, violava e ameaçava sua filha debaixo do seu teto com sua concordância? (Vieira Junior, 2021, p. 239).

SD 34) Antes de pensar na justificativa que daria, sangrou o homem como se sangrasse um porco (Vieira Junior, 2021, p. 240).

SD 35) O resto da história foi vagar seus últimos anos vendo o rosto de Carmelita em todas as crianças que havia amado (Vieira Junior, 2021, p. 240).

Vemos nessas SD, retiradas da parte final de TRAD, Santa Rita Pescadeira esclarecer um mistério que perdurou toda a obra, desvendando, a um só tempo, a aparição da faca na vida de Donana (SD 30) e o sumiço de sua filha, Carmelita (SD 35). Essas situações são fundamentais para observarmos o peso simbólico desse

instrumento e compreendermos uma parte importante de sua representação na história, para além do silenciamento de Belonísia: fruto de um ato desviado (SD 30 – “Donana roubou a faca do coldre esquecido no alpendre”) para aplacar a miséria da família (SD 31 – “se lembrou dos filhos”, “não havia mais como cerzir os trapos esgarçados”), o objeto tem sua finalidade inicial alterada (SD 32 – “fim que nunca havia considerado”) e é usado por Donana para matar o homem que “batia, maltratava, violava e ameaçava sua filha” (SD 33”), sangrando-o “como se sangrasse um porco” (SD 34). Ao mesmo tempo que a faca representa a libertação de Carmelita de seu esturador, configura o aprisionamento de Donana “numa trama de vida e morte para o resto de seus dias” (SD 32), em virtude da partida da filha, o que a faz “vagar seus últimos anos vendo o rosto de Carmelita em todas as crianças que havia amado” (SD 35).

Além desses fatos, o velho espírito também demonstra conhecimento sobre outra situação importante que envolve a família de Bibiana e Belonísia: o assassinato de Severo, conforme demonstrado na próxima sequência discursiva:

SD 36) Vagava acima da terra, entre o milharal, acima do rio, sem que fosse possível ver o meu reflexo no espelho d'água. [...] fiquei completamente imóvel ante o inesperado. Um grito atravessou o espaço como um sabre afiado. Tudo foi se tingindo de vermelho e segui o rastro do rio de sangue que corria [...]. A fonte do rio era Severo[...] (Vieira Junior, 2021, p. 206).

Após presenciar o crime contra a vida de Severo, a encantada se aproxima do núcleo familiar de Bibiana e Belonísia e se compadece do luto e da tristeza provocados pela morte do homem que liderava os demais trabalhadores de Água Negra na luta pelo direito à terra. A partir de então, Santa Rita Pescadeira toma as irmãs como cavalo e se revigora nesses encontros, experiência de onde brota a força da ancestralidade, como é possível observar nas duas próximas sequências discursivas:

SD 37) [...] e como era bom estar de novo envolvida dos rios de sangue, da chama de um peito que pulsava vivo, dos olhos embotados, dos desejos e da liberdade (Vieira Junior, 2021, p. 259).

SD 38) Belonísia era a fúria que havia cruzado o tempo. Era filha da gente forte que atravessou um oceano, que foi separada de sua terra, que deixou para trás sonhos e forjou no desterro uma vida nova e iluminada. Gente que atravessou tudo suportando a crueldade que lhes foi imposta (Vieira Junior, 2021, p. 261).

Na SD 37, Santa Rita se refere a Bibiana, e na SD 38, a Belonísia, fazendo circular no texto noções que remetem ao passado de luta e resistência do povo negro, inscrevendo a exterioridade histórica no nível narrativo pelo uso de termos como

“liberdade”, “fúria”, “tempo”, “oceano”, “crueldade”, que postos em sequência funcionam como uma família parafrástica, uma matriz de sentidos associados à tenacidade e fortaleza herdados daqueles que aqui foram escravizados. Com isso, atualiza esses sentidos e inscreve-os na narrativa pela filiação às irmãs.

Desde esse momento, a encantada dá início a um trabalho que exige tanto ou mais força e resistência das duas irmãs do que a própria luta pela sobrevivência: cavar o fojo onde abater Salomão, o mandante do assassinato de Severo, conforme apontado por Santa Rita Pescadeira:

SD 39) A onça que passamos a caçar havia derramado sangue e estava disposta a rasgar a carne de mais gente, até conseguir o que queria (Vieira Junior, 2021, p. 260).

A caçada anunciada pela encantada é a vingança contra Salomão, paga na mesma moeda e promovida de modo “silencioso”, ou seja, sem que as demais personagens saibam o que aconteceu. Nem mesmo as próprias irmãs, autoras materiais do revide, tinham consciência do que estavam fazendo, já que seus corpos estavam tomados pela força espiritual de Santa Rita Pescadeira: durante várias madrugadas, Bibiana foi levada a empunhar uma enxada e abrir a fojo no meio da mata, onde Belonísia, também incorporada pelo espírito da encantada, deu o golpe final em Salomão, num amanhecer, quase arrancando-lhe a cabeça

Metaforicamente, esta morte pode ser compreendida como a ruptura da dominação exercida por ele sobre os moradores e trabalhadores de Água Negra, indo além da revanche pelo assassinato de Severo para fundar uma forma de resistência à opressão e exploração representadas pelo dono da fazenda. Tal situação fica evidenciada por uma outra expressão de resistência, agora discursiva, materializada por Santa Rita Pescadeira na última frase do livro:

SD 40) Sobre a terra há de viver sempre o mais forte (Vieira Junior, 2021, p. 262).

Proferida após o assassinato de Salomão - fato que se configura como símbolo da derrota da exploração pela resistência dos trabalhadores - a frase materializa no discurso a resistência a um sentido dominante nas sociedades capitalistas, de que o poder econômico é a força mais importante, detentora de onipotência sobre todas as camadas e atores sociais. Senão, vejamos: ao determinar a prevalência do mais forte sobre a terra, com o uso da expressão “há de viver sempre”, a fala demonstra que há algo maior e mais poderoso que o dinheiro e a propriedade simbolizados por Salomão,

restaurando a ideia de força e resistência que emana da classe trabalhadora, representada neste ato por Bibiana e Belonísia, sujeitos cuja coragem e determinação são histórica e ideologicamente constituídas, já que herdadas da luta de homens e mulheres negras que sobreviveram a séculos de escravidão.

4.2 Silêncio e memória discursiva: a historicidade dos conflitos da posse de terra no Brasil

Na encruzilhada do silêncio e da colonialidade, não há desvio possível para se pensar o Brasil e suas brasilidades sem que se leve em conta suas condições de produção enquanto país colonizado, em cujas terras se construíram formulações que não deixam de não-inscrever a dimensão racializada e gendrada de seus povos, e uma ideia de nação que se formulou a partir e em torno de corpos e culturas silenciadas e atravessadas por memórias de exploração e violências (França; Chaves, 2022, p. 157).

Desde 22 de abril de 1500, quando as caravelas portuguesas comandadas por Pedro Álvares Cabral atracaram no Brasil, na região hoje conhecida como Costa do Descobrimento, no sul da Bahia, a disputa pela posse de terra marca a história do país. Retratado em diferentes linguagens e épocas, o contato dos colonizadores com a Terra de Vera Cruz e os povos originários data o início de uma contenda que ultrapassa quinhentos anos e demarca, ainda atualmente, não apenas territórios geográficos, mas lugares sociais.

Do “descobrimento” do Brasil ao surgimento dos movimentos pela reforma agrária, já no século XX, a história nacional é marcada por conflitos de interesse que resultaram em miséria e violência, notadamente o derramamento de sangue indígena e africano, vítimas maiores da exploração portuguesa que, no passado colonial, adotou o *plantation* como sistema de produção agrícola. Baseado no cultivo de monoculturas em latifúndios para atender o interesse do mercado externo, o modelo utilizava o trabalho escravo como força motriz, o que resultou, há um só tempo, na quase dizimação dos povos indígenas, em 388 anos de escravização de povos africanos e na concentração de riqueza e terra nas mãos de europeus, o que até hoje produz e reproduz a cor da desigualdade social no país.

A historicidade dos conflitos de terra no Brasil é tratada por Sousa (2018) sob o prisma discursivo, fazendo emergir um olhar analítico para a compreensão da questão agrária no país, pautado nas formações discursivas e ideológicas que permearam desde o processo de colonização até o surgimento do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra), na década de 1980. Segundo a autora, a formação ideológica dos europeus à época do descobrimento dava conta de que o novo território era uma terra sem dono, de que os indígenas eram incapazes de lidar com sua exploração e desenvolvimento e de que os colonizadores, dotados “da espada e da cruz”, poderiam apropriar-se de tudo e decidir o rumo a ser seguido. Corroborada por implicações de formações discursivas como a Carta de Achamento do Brasil, de Pero Vaz Caminha, construiu-se historicamente a noção do despreparo dos nativos em contraposição à inteligência dos europeus, colocando-os como selvagens, enquanto o objetivo de exploração das riquezas e potencialidades do Brasil era perseguido.

Com o avanço do processo colonizatório e, conseqüentemente, da escravidão, outro importante personagem da história brasileira, o negro, teve sua figura ideologicamente construída no imaginário social, alcançando os mesmos níveis depreciativos dirigidos aos indígenas: “estandarte da imagem de um ser exótico, estranho à civilização cristã, às virtudes da vida do branco” (Souza, 2018, p. 74), sua imagem foi associada a sentidos que o caracterizaram como um ser inferior e incapaz, a quem restava a “domesticação”. Resultou dessa formação ideológica e dos tipos de tarefas forçadas aos negros, como a dura lida do campo e toda a sorte de trabalhos pesados, uma formação discursiva que promoveu o casamento entre “trabalho escravo – trabalho no campo – inferioridade” (Souza, 2018, p. 74) e a relação sinonímica entre os termos. Assim:

“Trabalho escravo” passa a significar trabalho pesado, trabalho no campo, trabalho com a terra, confabulando uma extensão de ideias e valores, sempre negativamente compostos (Souza, 2018, p. 75).

No decorrer histórico, outros aspectos da escravidão ressoaram ideológica e discursivamente sobre o trabalho no campo, de modo que práticas exploratórias foram apropriadas pelos tomadores de serviço e proprietários da terra a ponto de naturalizar a desvalorização da mão de obra até hoje. Um exemplo é a autorização para o cultivo de pequenas hortas, roças e rebanhos, nos momentos de descanso. No caso dos

escravos, isso acontecia nas áreas e condições determinadas pelos senhores e representava mais uma forma de controle, sem o uso da chibata.

Não mais na base do açoite ou do pelourinho, mas com um aparato de representação imaginária – a fantasia da própria roça, que garantia a contenção dos casos de explosão rebelde. Trata-se de uma medida de segurança para o senhor [...] (Souza, p. 80 e 81).

Em TRAD, observamos que a narrativa constrói, discursivamente, uma abordagem crítica do processo histórico brasileiro e dos seus desdobramentos sociais na atualidade, a partir de um paralelo literário que materializa situações de exploração da população negra desde a diáspora africana no Brasil, notadamente das pessoas que mantêm raízes no campo e no trabalho rural na região Nordeste do país. Por exemplo, ao retratar narrativamente a errância da família de Zeca Chapéu Grande, que começa com a migração de seu pai, José Alcino, do Recôncavo Baiano para a Chapada Diamantina, e culmina com a sua ida e de sua mãe, Donana, à Fazenda Água Negra, a obra faz referências tanto ao Ciclo do Diamante quanto à formação dos latifúndios. Ao se referir a esses dois períodos da história nacional, o romance revisita interdiscursos, ou seja, já-ditos, que corroboraram a naturalização do racismo e a construção de sentidos depreciativos em relação à figura do trabalhador do campo, antagonizando a formação ideológica colonizadora que alicerçou a estruturação do racismo no Brasil.

Para melhor compreensão da reflexão proposta, seguiremos com a análise das sequências discursivas 41, 42 e 43, que formam uma única cena na narrativa, mas que foram por nós separadas para efeitos de análise:

SD 41) Na manhã seguinte, Sutério apareceu em nossa casa para dizer que meu pai precisava terminar o pequeno barramento que fazia no riacho. Que precisava organizar os trabalhadores para capinar e fazer a coivara, deixar a terra limpa, sempre, para quando a chuva chegasse (Vieira Junior, 2021, p. 85).

Na SD 41, Bibiana começa a narrar uma situação que envolve seu pai, Zeca Chapéu Grande, e Sutério, gerente da Fazenda Água Negra, e que ajuda a construir na narrativa a noção de exploração, resultante do processo histórico brasileiro, a que são submetidos os trabalhadores rurais e suas famílias. A inscrição das personagens como sujeitos discursivos se dá pela relação de poder ali exposta, em que Sutério assume uma posição hierarquicamente superior a Zeca, materializada por elementos linguísticos como as formas verbais “apareceu”; “precisava terminar”, “precisava

organizar”, “capinar”, “fazer”, “deixar”. Utilizado para marcar a chegada de Sutério à casa de Zeca Chapéu Grande, o verbo “apareceu” indica não apenas uma ação, mas caracteriza a forma impositiva da presença de quem não precisa avisar ou ser convidado para ir à casa de alguém. Já os demais verbos denotam ordens de trabalho, determinações de tarefas, demonstrando uma organização em escala entre quem dá os comandos e quem os recebe, ou seja, entre Sutério e Zeca, realçada pelo advérbio “sempre”, que perpetua a obrigação do trabalhador rural de deixar a terra preparada para o plantio.

A relação de poder, bem como as diferentes posições ocupadas entre os sujeitos discursivos, continua a ser elaborada na sequência do texto, construindo os lugares de enunciação de cada um:

SD 42) Entrou em nossa cozinha e perguntou onde havíamos colhido as batatas-doces. Meu pai respondeu que havíamos comprado na feira da cidade. Com que dinheiro, ele quis saber. Vendemos o resto de azeite de dendê que tínhamos fabricado, disse. Sutério pegou a maior parte da batata-doce com as duas mãos grandes que tinha e levou para a Rural que havia deixado em nossa porta. Pilhou também duas garrafas de dendê que guardávamos para fazer os peixes miúdos que pescávamos no rio. Lembrou a meu pai da terça parte que tinha que dar da produção do quintal. Mas as batatas não eram produção do quintal. Da terra seca não brotava nem pasto, muito menos batata (Vieira Junior, 2021, p. 85).

As indagações de Sutério e as respostas de Zeca sobre a batata-doce representam a acentuação da desigualdade de forças, produzindo efeitos de que eles estão em campos opostos, fundamentados na lógica colonizadora que outrora legitimou a prática do que ali de fato ocorrera. Sob o pretexto do pagamento “da terça parte”, que guarda similaridades com a descrição de Souza (2018) sobre a permissão dada pelos senhores para a formação de pequenas roças pelos escravizados, o que se assiste é um saque revestido de legalidade, conotando quão injusta continua a ser a relação dos patrões com os trabalhadores do campo. Essa representação se dá com a escolha sintagmática “duas mãos grandes”, que no imaginário social carrega o significado de roubo; e do termo “pilhou”, cuja definição em dicionário (Houaiss, 2015) gira em torno de apossar-se, por meio de violência ou fraudulentamente, do que pertence a outrem; furtar, roubar, saquear.

Considerando os estudos pêcheutianos acerca do discurso, que perpassam a constituição do indivíduo em sujeito e abarcam a relação do que é dito com a exterioridade da linguagem, com aquilo que já foi dito antes, de outra forma e em outro lugar, observamos que os efeitos produzidos na SD 43 guardam sintonia com a

construção discursiva da ideia de inferioridade do trabalho rural alertada por Souza (2018), mas agora pelo viés da crítica, a qual continua a ser concebida na sequência do texto:

SD 43) Vi a vergonha de meu pai crescer em nossa frente, sem poder fazer nada. [...] Vi minha mãe se movimentar, seus olhos se injetaram indignados, mas se deteve ao perceber meu pai se sentindo incapaz de questionar e reclamar sobre qualquer coisa. Muito pelo contrário, ainda colaborava com sua liderança espiritual para a manutenção da ordem entre as famílias que moravam ali. Era a ele que Sutério ou qualquer um dos herdeiros se dirigia para pedir a intervenção em conflitos dos mais variados, desde animal comendo em roça alheia até construção levantada com material que descumprisse as interdições impostas aos moradores. Não poderíamos feri-lo ainda mais em sua humilhação, pedindo que ele tomasse de volta as batatas-doces que havíamos adquirido com nosso trabalho na feira. Como foi longa aquela noite. Não dormi (Vieira Junior, 2021, p. 85 e 86).

Para analisar essa última sequência discursiva, retomo o dispositivo analítico que proponho como chave de leitura para TRAD o silêncio, o qual movimenta-se nesse excerto entre as formas de silêncio local e silêncio constitutivo, tal como conceituado por Orlandi (2007). Para compreender a extensão da crítica feita à construção discursiva da inferioridade do trabalhador do campo, representado na SD 43 enquanto sujeito, lugar de enunciação e posição discursiva, parto do princípio de que “compreender o silêncio é explicitar o modo pelo qual ele significa” (Orlandi, 2007, p. 50), considerando para isso não as marcas formais do silêncio, como fosse uma figura tangível, mas as pistas deixadas por ele no processo de significação. Assim, retomo a definição da autora de que o silêncio constitutivo se dá em uma dimensão política, que faz silenciar sentidos sem necessariamente calar o interlocutor; ele funciona como uma moldura que delimita dizeres, de modo que se diga algo para não se deixar dizer outra coisa. Também o silêncio local funciona politicamente com o objetivo de delimitar dizeres, mas de modo mais incisivo, pela interdição da inscrição de sujeitos no discurso, ou seja, pela impossibilidade de ocupação de posições/lugares discursivos pela força da proibição.

Na SD 43, o silêncio local se apresenta quando os dizeres de Bibiana, Salustiana e Zeca Chapéu Grande são interditados por uma espécie de barreira social que os separa de Sutério: Bibiana vê a vergonha do pai “sem poder fazer nada”, Salustiana se detém, mesmo que indignada, ao perceber o marido “incapaz de questionar ou reclamar”, situação que implica o próprio silenciamento de Zeca Chapéu Grande. Seja pelo medo de perderem o trabalho e a morada em Água Negra, um risco real para o sustento da família, ou pela gratidão de Zeca aos patrões, a interdição do

dizer das personagens é uma forma ideológica de censura que funciona como uma via de mão dupla: enquanto em uma direção os interdita como sujeitos de um discurso, na pista oposta os inscreve como sujeitos de um campo discursivo onde o silenciamento mais diz do que cala. Como efeitos na narrativa, podemos pensar na forma como o silenciamento das personagens repercute em nosso gesto de leitura, no sentido de dizer mais do que calar, a partir da reação final de Bibiana: “Como foi longa aquela noite. Não dormi”. Ao enfatizar a duração da noite, por meio do adjetivo “longa”, e atestar o impeditivo do sono, “Não dormi”, temos a representação do incômodo provocado pela situação, demonstrando ali também existir uma maneira de resistir à censura, que não pela materialização de uma fala de oposição, mas pelo sentimento de discordância do ato em si.

O mesmo efeito de reverberação opera quando o que não é dito por Zeca (“meu pai se sentindo incapaz de questionar e reclamar sobre qualquer coisa”) é substituído pelo que é dito enquanto liderança espiritual que atua para a contenção de ânimos e para a resolução de problemas dos patrões (“ainda colaborava com sua liderança espiritual para a manutenção da ordem entre as famílias que moravam ali”, o que considero funcionar à semelhança do silêncio constitutivo, de modo a demonstrar que a esse sujeito eram possíveis certos dizeres em detrimento de outros.

Assim, além de materializarem formas de opressão, observamos que as noções de silêncio no trecho analisado não calam, ao contrário, ecoam e provocam efeitos de convocação a uma visita crítica à construção histórica das posições discursivas destinadas aos negros/quilombolas/trabalhadores rurais, bem como à construção da imagem de inferioridade do trabalho no campo.

No âmbito dos estudos sobre memória discursiva, conceito tratado por Pêcheux (1999) “não no sentido diretamente psicologista da “memória individual”, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador” (p. 50), podemos reconhecer, ao longo das últimas três sequências discursivas analisadas, um jogo de efeitos de sentido que demonstra criticamente, sob a forma de regularidades, ou seja, “sob a repetição, a formação de um efeito de série” (Pêcheux, 1999, p. 52), memórias de um passado colonizador que permanecem até a atualidade brasileira, representadas pela situação presente das personagens, já inscritas como sujeitos de discurso.

Dessa forma,

[...] a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os implícitos" (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (Pêcheux, 1999, p.52).

Assim, ao retratarem essa herança histórica e ideológica que repercute há séculos limitando espaços, impondo obrigações e regulamentando os dizeres das pessoas negras e pobres no país, as SD que acabamos de analisar (41, 42 e 43), nos permitem problematizar a necessidade de ruptura desse aparato, “sempre suscetível de ruir sob o peso do acontecimento discursivo novo, que vem perturbar a memória” (Pêcheux, 1999, p. 52).

Segundo Fontana (2020), o conceito de acontecimento discursivo deve ter sua importância considerada pelo elo estabelecido com a noção de memória discursiva, em virtude de permitir-nos pensar as relações de ruptura, emergência e interrupção com aquilo que é da ordem da reformulação, da repetição e da paráfrase. Ainda conforme a pesquisadora, o acontecimento discursivo promove movimentos de deslocamento, transformação e mudança na rede de filiações históricas que afetam os processos de constituição dos sentidos e do sujeito.

Nesse sentido, considero que a totalidade do romance TRAD se constitua como “acontecimento discursivo” - até pela maneira como repercutiu na mídia¹⁴, também um AIE - capaz de deslocar e desregular pré-construídos, seja pelos vínculos que a obra estabelece entre a literatura e a exterioridade ou pelos debates que fomenta a partir de uma abordagem questionadora da relação entre o passado e presente brasileiro.

Tal característica nos permite problematizar um aspecto preponderante para o conjunto de sentidos que o romance mobiliza e movimenta: sua contemporaneidade. No ensaio “O que é o contemporâneo?”, o filósofo italiano Giorgio Agamben (2009) tece reflexões acerca da complexa relação do homem com seu tempo, bem como sobre o movimento de rupturas e aproximações que marca a diferença entre épocas, enxergando a localização do contemporâneo entre elas.

Segundo Agamben (2009),

[...] o contemporâneo não é apenas aquele que, percebendo o escuro do presente, nele apreende a resoluta luz; é também aquele que, dividindo e

¹⁴ TRAD despontou ao público leitor brasileiro já premiado no exterior. Lançado em Portugal, em 2018, e no ano seguinte no Brasil, o livro coleciona três importantes prêmios literários – LeYa 2018, Oceanos 2020 e Jabuti 2020 na categoria Melhor Romance Literário – e já foi traduzido em mais de 20 países. O sucesso da obra, que figura entre os livros de ficção mais vendidos no Brasil desde o seu lançamento, também inspirou a produção de uma série de streaming, ainda sem data oficial de lançamento.

interpolando o tempo, está à altura de transformá-lo e de colocá-lo em relação com os outros tempos, de nele ler de modo inédito a história, de "citá-la" segundo uma necessidade que não provém de maneira nenhuma do seu arbítrio, mas de uma exigência à qual ele não pode responder. É como se aquela invisível luz, que é o escuro do presente, projetasse a sua sombra sobre o passado, e este, tocado por esse fecho de sombra, adquirisse a capacidade de responder às trevas do agora (p. 72).

Sob esse prisma, acredito que TRAD promova uma necessária interlocução entre o passado colonizador e a realidade atual do país ao confrontar uma espécie de certeza histórica, ideologicamente construída e nacionalmente consolidada para validar o prestígio do acúmulo de riquezas e a desvalorização dos trabalhos braçais, os quais são simbolizados pela manutenção dos latifúndios e o emprego de mão de obra análoga à escravidão, ainda hoje, em diversas partes do Brasil. Assim, o romance torna-se o próprio ângulo de desconexão desse tempo em desalinho e possibilita que determinadas expressões, a partir de lugares de enunciação não hegemônicos e de resistência à forma-sujeito capitalista, repercutam o inoportuno, o inapropriado, o inaceitável social, assumindo a contemporaneidade que emana da urgência em ascender ao debate temáticas dessa natureza.

Não obstante, creio que uma outra característica da contemporaneidade se aplique de modo incisivo à obra, qual seja, a de que

[...] ser contemporâneo é, antes de tudo, uma questão de coragem: porque significa ser capaz não apenas de manter fixo o olhar no escuro da época, mas também de perceber nesse escuro uma luz que, dirigida para nós, distancia-se infinitamente de nós. Ou ainda: ser pontual num compromisso ao qual se pode apenas faltar (Agamben, 2009, p. 65).

Acredito que a "coragem" de que trata Agamben seja constitutiva de TRAD na completude da obra, englobando os níveis de constituição, formulação e circulação, bem como sua inscrição nas condições de produção à época de seu lançamento no país, no ano de 2019. Creio que a forma como a resistência emana discursivamente das personagens, aliada à associação de três vozes narrativas femininas negras, demonstra a importância da coletividade e produz efeitos de encorajamento à luta pela ruptura de uma ordem social desumana e esmagadora que nos corrompe como nação desde 1500; em relação ao conteúdo, a própria temática abordada pela obra coloca em questão o enfrentamento de séculos de opressão, dando voz e representação a grupos historicamente silenciados pelo preconceito contra a cor de sua pele, seu gênero, sua classe social e sua religiosidade; já a inscrição histórica de TRAD, considerando a ascensão da extrema direita ao comando da Presidência da República

e do Congresso Nacional na data de sua publicação no Brasil, insurge contra os valores e as políticas públicas excludentes representadas por esse grupo, o que torna o livro um marco de ruptura e resistência.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso de desenvolvimento acadêmico e investigação científica que estruturou esta pesquisa leva à propositura de algumas considerações a respeito do processo de análise literária de *Torto Arado* (Vieira Junior, 2021), levando em conta o objetivo central deste trabalho: a apresentação dos conceitos de silêncio desenvolvidos por Eni Orlandi (2011), no campo discursivo, como chave de leitura do romance, de modo a demonstrar o contato entre a literatura e a sua exterioridade, partindo de uma abordagem de filiação materialista.

Um dos desafios cuja superação foi fundamental para alcançar o objetivo da pesquisa passa pela utilização dos dispositivos da Análise de Discurso Materialista como aparato teórico-metodológico para a produção de leitura e crítica literária, algo que demandou não apenas um profundo mergulho nos estudos pêncheutianos, mas também uma emersão capaz de trazer à superfície a possibilidade de diálogo com o campo dos estudos literários.

Nesse sentido, procurei compor uma abordagem crítica que atingisse o nível discursivo do romance partindo sempre da instância literária, da materialidade do texto, aplicando conceitos trabalhados por Genette (2017) para definir terminologias e verificar as implicações do funcionamento do silêncio em TRAD no nível narrativo.

Já no decorrer das análises discursivas, busquei problematizar as formas de silêncio (Orlandi, 2011) encontradas no romance de Itamar Vieira Junior enquanto característica de grupos oprimidos pelas condições de produção neoliberais do Brasil atual, cuja memória escravocrata ainda paira sobre a sociedade. Creio que a retratação das personagens do romance em seus relacionamentos de vida e trabalho pelo viés do silêncio tenha sido capaz de demonstrar a tensão da luta pela sobrevivência em perspectiva com as relações mediadas pela linguagem, marcando o caráter contestador de TRAD, obra que se contrapõe à opressão material e simbólica que afeta a vida da população negra no Brasil.

Ao alçar Bibiana, Belonísia e Santa Rita Pescadeira ao protagonismo narrativo, o livro assegura não apenas a enunciação de mulheres negras na literatura brasileira, mas a enunciação a partir de um outro lugar valorizado pela coragem e tenacidade das personagens, oferecendo aos leitores um espaço de contato com a opressão, o preconceito e a exploração pelo ponto de vista dos sujeitos que vivenciam essas

situações, trazendo à tona uma crítica contundente ao processo histórico que nos compõe como uma sociedade injusta e desigual.

Nesse aspecto, TRAD pode ser considerado um acontecimento discursivo novo (Pêcheux, 1999), pois desloca os sujeitos da formação discursiva dos dominados, historicamente marcada pelo silenciamento dos escravizados, das mulheres, dos trabalhadores e minorias, para a ocupação de uma outra formação discursiva, onde o embate, a luta e a resistência descontrolam o silêncio para ressignificá-lo. Sob esse prisma, o romance desvela a problemática da propriedade da terra e da desvalorização do trabalhador do campo atualizando questões que remetem ao passado escravocrata brasileiro, e convida-nos a pensar na possibilidade de um futuro diferente a partir de um presente de resistência e mobilização coletiva.

Também chama a atenção a religiosidade das personagens de TRAD, manifestada na obra pelo culto do jarê, uma prática que muito se assemelha ao candomblé e que é típica da região onde se passa o romance. A questão é de tão grande importância que uma das protagonistas do livro é a entidade Santa Rita Pescadeira, encantada que demonstra a valorização da ancestralidade e também o poder que emana do mundo espiritual. Numa análise inicial, foi possível notar a relação da religiosidade com o silêncio, materializada especialmente nas ações de Zeca Chapéu Grande, pelos sentidos que se originam no campo simbólico, do elemento enquanto virtude fundamental que afeta o sujeito e a coletividade.

Tenho consciência de que a escolha de um discurso, no caso desta pesquisa representado por uma chave de leitura, sempre se dá em detrimento da escolha de outros, o que por si só pode ser lido como um tipo de funcionamento do silêncio constitutivo (Orlandi, 2011), conceito que está constantemente a nos lembrar dos limites do dizer. Desse modo, creio que as abordagens e análises apresentadas podem ser alvo de aprofundamento em estudos posteriores, visto que procurei pautar meu trabalho de pesquisa em um dos muitos caminhos possíveis para o encontro teórico com a análise literária de TRAD, não pretendendo esgotar temas ou sobrepor qualquer alternativa de leitura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGAMBEN, G. **O que é o contemporâneo? e outros ensaios**. Tradução: Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2009.
- ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1980.
- ALTHUSSER, L. *Filosofía y religión*. In: ALTHUSSER, L. **Iniciación a la filosofía para los no filósofos**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Paidós, 2015. p. 39-59.
- BARTHES, R. "Escrever a leitura". In: BARTHES, R. **O rumor da língua**. Trad. Mario Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- BEHAR, L. B. *Una retorica del silencio. Funciones del lector y procedimientos de la lectura literaria*. 2. ed. México: Siglo Veintiuno Editores, 1994.
- BENJAMIN, W. "O narrador". In: BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura**. Obras escolhidas. Vol. 1. Trad. Sérgio Paulo Rouanet; prf. de Jeanne Marie Gagnebin. SP: Brasiliense, 1987.
- CANDIDO, A. A personagem do romance. In: CANDIDO et. al. **A personagem de ficção**. 11. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2009.
- CANDIDO, A. Crítica e Literatura. In: CANDIDO. **Literatura e Sociedade**. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.
- CESTARI, M. J. **Vozes-mulheres negras ou feministas e antirracistas graças às Yabás**. 2015. 264 f. Tese (Doutorado) – Curso de Linguística, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.
- FRANÇA, G.; CHAVES, T. Brasilidade, encantaria e resistência: o silêncio e essa "coisa de outra ordem". **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, v. 25, n. esp., p. 153-165, 2022.
- GALHARTE, J. A. X. Despalavras de efeito: os silêncios na obra de Manoel de Barros. 2007. 287 f. Tese (Doutorado) – Curso de Teoria Literária e Literatura Comparada, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- GENETTE, G. **Figuras III**. Tradução Ana Alencar. São Paulo: Estação Liberdade, 2017.
- GUIMARÃES, E. Enunciação e política de línguas no Brasil. **Letras**, [S. l.], n. 27, p. 47-53, dez. 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11897>. Acesso: 26 ago. 2024.
- GUIMARÃES, E. **Semântica do acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. 2. ed. Campinas: Pontes, 2005.

GULLAR, F. “Sete poemas portugueses” N°4. *In*: GULLAR, F. A luta corporal. Prefácio de Miguel Conde. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

HOUAISS, A. **Pequeno Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Editora Moderna, 2015.

MATTOS, A. C. **O silêncio como produtor de sentidos na ficção de Teolinda Gersão**. 2018. 155 f. Tese (Doutorado) – Curso de Estudos Literários, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2018.

NARDI, F. S.; NASCIMENTO, F. A. S. A propósito das noções de resistência e tomada de posição na análise de discurso: Movimentos de resistência nos processos de identificação com o ser paraguaio. **Signum: Estudos da Linguagem**, [s.l.], v. 19, n. 2, p. 80-103, 2016.

NARZETTI, C. Para uma história epistemológica do conceito de formação discursiva. **Linguagem em (Dis)curso** – LemD, Tubarão, SC, v. 18, n. 3, p. 647-663, set./dez. 2018.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: princípios & procedimentos**. 13. ed. Campinas: Pontes, 2020.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

ORLANDI, E.P. O sentido dominante: a literalidade como produto da história. *In*: ORLANDI, E.P. **A linguagem e seu funcionamento - as formas do discurso**. 2. ed. rev. e aum. - Campinas, SP: Pontes, 1987.

PÊCHEUX, M. Papel da Memória. *In*: ACHARD, P. et al. **Papel da Memória**. Campinas, SP: Pontes, 1999. p. 49-57.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi et al. Campinas, SP: UNICAMP, 1988.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. *In*: GADET, F.; HAK, T. (Org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso (AAD-69). *In*: GADET, F.; HAK, T. (Org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

SANTOS, A. B. **Colonização, Quilombo: modos e significados**. Brasília: INCTI; UnB; INCT; CNPq; MCTI, 2015.

SILVEIRA, M. J. **A educação pelo silêncio: o feitiço da linguagem no candomblé**. Ilhéus: Editus – Editora da UESC, 2004.

SOUZA, L. M. A. **O discurso do conflito materializado no MST: a ferida aberta na nação**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2018.

VIEIRA JUNIOR, I. **Torto Arado**. São Paulo: Todavia, 2021.

WITTGENSTEIN, L. **Tractatus logico-philosophicus**. Tradução e apresentação de José Arthur Giannotti. São Paulo: Nacional, 1968.

ZOPPI FONTANA, M. Lugares de enunciação e discurso. **Leitura - Análise do Discurso**, Maceió, n. 23, p. 15-24, jan. 1999. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/view/7592/5314>. Acesso: 26 ago. 2024.

ZOPPI FONTANA, M. Z. Vídeo: **Acontecimento Discursivo**. Niterói: EnciDIS/UFF – Enciclopédia Virtual do Discurso e Áreas Afins, 2020. 9min34s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=exCWhsW3hug>. Acesso: 12 ago. 2024.

REFERÊNCIAS CONSULTADAS

ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

CARREIRA, S. S. G. Inscrições do real em Torto Arado, de Itamar Vieira Junior. **E-scrita**, Nilópolis, v. 12, n.1, jun. 2021.

CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOQUEL, R. *Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico*. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOQUEL, R. **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.

DALCASTAGNÈ, R. Quando o preconceito se faz silêncio: relações raciais na literatura brasileira contemporânea. **Gragoatá** – Revista dos Programas de pós-graduação do Instituto de Letras da UFF, Niterói, n. 24, p. 203-219, 2008. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/33169>. Acesso em: 31 jan. 2023.

DALCASTAGNÈ, R. Uma voz ao sol: representação e legitimidade na narrativa brasileira contemporânea. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, n. 20. Brasília, ago. 2002, p. 33-87.

DALCASTAGNÈ, R. **Literatura brasileira contemporânea: um território contestado**. Vinhedo: Editora Horizonte, 2012.

EVARISTO, C. Da representação à auto-apresentação da Negra na Literatura Brasileira. **Revista Palmares**, v. 1, n. 1, p. 52-57, 2005.

FERREIRA, A. E. L.; OLIVEIRA, T. E. N. A. Subalternidade racial em Torto Arado: do silêncio à resistência. **Letrônica**, Porto Alegre, v. 14, n. 3, p. 1-14, set. 2021.

FESTIVAL Tortoaraders: encontro com tradutores de Torto Arado. 2022. 1 vídeo (93 min.). Publicado pelo canal Livraria Circulares – Livros e Ideias. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZhK3kENRUVc&t=376s>. Acesso em: 23 maio 2022.

FUCHS, C; PÊCHEUX, M. A Propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. In: GADET; F; HAK, T. (Org.). **Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradução de Bethania S. Mariani et al. 3. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

LIVRO de autor baiano é indicado a prêmio internacional de literatura; 'Torto Arado' já vendeu mais de 800 mil cópias. **G1 Bahia**, on-line, 12 mar. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2024/03/12/livro-de-autor-baiano-e-indicado-a-premio-internacional.ghtml>. Acesso em: 4 abr. 2024.

MARKO, K.; REINHOLZ, F. Autor de 'Torto Arado' diz que 'ficção nos coloca no lugar do outro e ajuda a compreender a sua dor'. **Brasil de Fato**, Porto Alegre, 16 nov. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/11/16/autor-de-torto-arado-diz-que-ficcao-nos-coloca-no-lugar-do-outro-e-ajuda-a-compreender-a-sua-dor>. Acesso em: 4 abr. 2024.

MUZART, Z. L. Uma Pioneira: Maria Firmina dos Reis. **Muitas Vozes**, Ponta Grossa, v.2, n.2, p. 247-260, 2013. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/muitasvozes/article/view/6400/pdf_146. Acesso em: 3 ago. 2023.

SANTINI, J. A Formação da Literatura Brasileira e o regionalismo. **O Eixo e a Roda**, Belo Horizonte, v. 20, n.1, p. 69-85, 2011. Disponível em: http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/o_eixo_ea_roda/article/view/3364. Acesso em: 4 abr. 2024.

SANTINI, J. A narrativa rosiana e o regionalismo (ainda não) superado. **Letras Escreve**, Macapá, v. 9, n.2, p. 123-130, 2019. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/304911175.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2024.

SANTINI, J. Narrativas de estrada e o sertão na literatura e no cinema brasileiros contemporâneos. **Veredas**: Revista da Associação Internacional de Lusitanistas, n. 28, p. 5-18, dez. 2017. Disponível em: <https://revistaveredas.org/index.php/ver/article/view/423/411>. Acesso em: 4 abr. 2024.

SANTINI, J. Realidade e representação no romance regionalista brasileiro: tradição e atualidade. **O Eixo e a Roda**, Belo Horizonte, v. 23, p. 115-131, 2014. Disponível em: http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/o_eixo_ea_roda/article/view/5908. Acesso em: 4 abr. 2024.

SANTINI, J. Romance e realidade na ficção brasileira contemporânea. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, [S.L.], v. 39, p. 95-106, jul. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/elbc/a/ZJLVFgqjKy74gFVhj3XFnBz/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 4 abr. 2024.

SCHOLLHAMMER, K. E. **Ficção brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

ZOLIN, L. O. Crítica feminista. In: BONNICI, T.; ZOLIN, L. O. **Teoria Literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas**. 4. ed. Maringá: Eduem, 2019.

ZOPPI FONTANA, M. Disciplina: **Autoria, Efeito-Leitor e Gêneros de Discurso**. Curso de Especialização em Língua Portuguesa. São Paulo: REDEFOR – Secretaria da Educação, 2010.